

Volume 5 • Nº 01



R E V I S T A
educamais

ISSN: 2763-6046

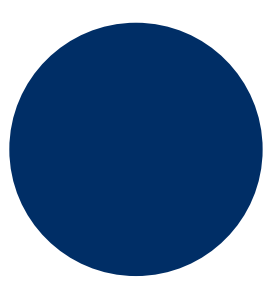
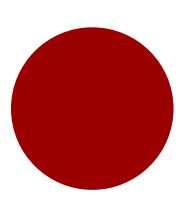
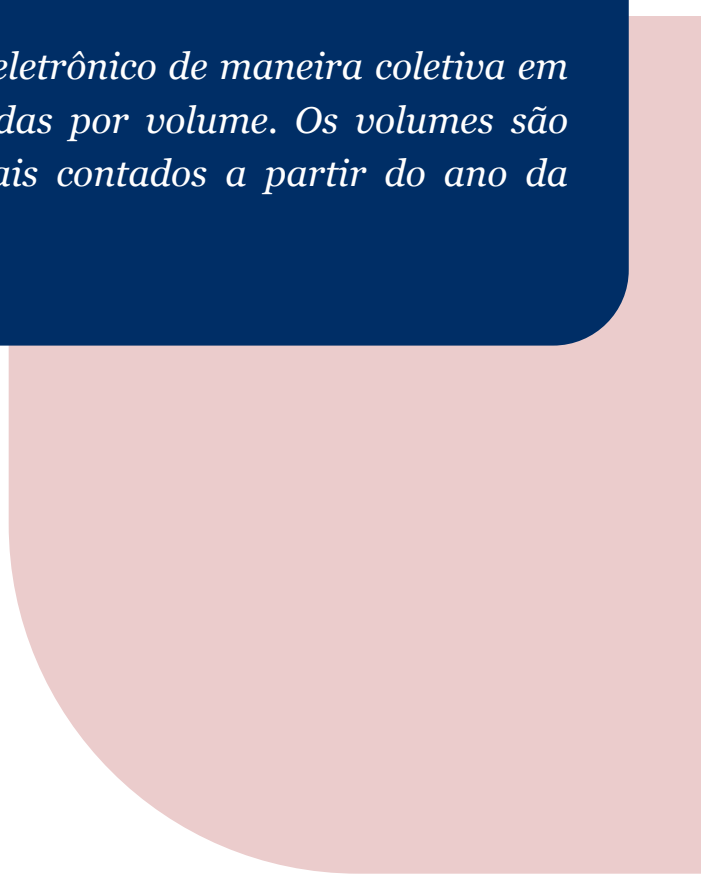




Apresentação

Criada no ano de 2021, a Revista Educamais é uma revista científica da Grupo Educamais. Seu objetivo reside na divulgação de pesquisas científicas nas áreas de negócios e educação. Para tanto, publica trabalhos científicos inéditos de cunho teórico e empírico.

Seus artigos são publicados por meio eletrônico de maneira coletiva em edições semestrais, que são identificadas por volume. Os volumes são contabilizados por números sequenciais contados a partir do ano da fundação da revista.



Conselho Editorial:

Carolina Fátima da Silva
Luiz Eduardo de Toledo Coelho
Marcia Marisa Correa
Marcos Túlio de Souza Bandeira
Maria Aparecida Campos da Silva
Mauro Passetti

Comitê Científico:

Carlos Eduardo da Rocha Santos
Gilberto Figueiredo Vassolle
Mauro Mashashiro Tokura
Paulo Cesar Pereira
Rodrigo Alves Da Silva
Rogério Sarkis da Costaro

Expediente:

Nelson Boni
DIREÇÃO GERAL

Telma Santos
COORDENAÇÃO DE REVISÃO ORTOGRÁFICA

João Guedes
DIREÇÃO DE ARTE E DIAGRAMAÇÃO


Volume 5 | nº 01 • Maio/2025


Editora educamais

Índice

<i>Auto Prescrição - Farmacologia na Promoção à Saúde da Comunidade</i>	<i>5</i>
<i>Aderência ao Procedimento de Higienização das Mãos no Ambiente Hospitalar pelos Profissionais de Saúde</i>	<i>13</i>
<i>Relação de Gênero na Educação Infantil - Discussões a Partir do Jogo de Tabuleiro: “Caminho da Igualdade”</i>	<i>21</i>
<i>A Importância da Engenharia no Saneamento Básico</i>	<i>35</i>
<i>Lesões Posturais em Crianças Relacionadas ao Uso de Dispositivos Móveis: Revisão Bibliográfica</i>	<i>43</i>
<i>A Atuação do Psicopedagogo no Brasil Diante do Fracasso Escolar que Impera no Cenário da Escola Pública</i>	<i>51</i>
<i>Análise Bibliométrica Acerca da Produção Científica Sobre Gestão de Pessoas (2007 à 2016)</i>	<i>58</i>
<i>O Programa Mulher Cidadã: Empoderamento e Transformação Social</i>	<i>67</i>



AUTO PRESCRIÇÃO - FARMACOLOGIA NA PROMOÇÃO À SAÚDE DA COMUNIDADE

Marco Antônio Almeida Francisco
marcoanto.4451@gmail.com

Fabiana Andrade da Silva
fabianaandrade2597@gmail.com

Carolina Amaral dos Santos
karoliineamaral8@gmail.com

Thayse da Silva Moraes
thaysinhasilva@outlook.com

Alunos do curso de Farmácia

Orientador(a):
Rodrigo Dias Castelhana
rodrigo.castelha@gmail.com

Faculdade Inova Mais de São Paulo
(FIMSP)

Resumo:

Com base em divulgação realizada pela Secretaria de Saúde do Distrito Federal, passamos por uma evolução significativa das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (“DCNT”), apontadas como a principal causa de morte no Brasil. Considerando este cenário, também aumenta a preocupação com os riscos associados às interações medicamentosas e automedicação nesta população. O uso de medicamentos sem a devida prescrição médica é prática comum e perigosa entre os brasileiros. Neste contexto, foi elaborado um projeto com o objetivo de uma intervenção direta, por meio de informativo impresso e diálogo aberto junto à população, visando orientar sobre os riscos relacionados à automedicação. O presente artigo é um subproduto deste projeto. A escrita deste artigo tem como base a revisão literária utilizada na criação do conteúdo que foi apresentado à população por meio do referido projeto e, com este trabalho, pretende-se combater a prática da automedicação, orientando a população no sentido de evitar abusos e, principalmente, as consequências desastrosas que podem ser ocasionadas por essa conduta. Esta intervenção pode trazer impactos não apenas no núcleo familiar da população abordada, mas também pode gerar replicação por parte de todas as pessoas envolvidas.

Palavras-Chave: auto medicação; interação medicamentosa; riscos; orientação.



Abstract:

According to the information released by the Health Department of the Federal District, we've seen a significant increase in Chronic Noncommunicable Diseases ("NCDs"), which are considered the leading cause of death in Brazil. Considering this scenario, there is also an increased concern about the risks associated with drug interactions and self-medication in the population. The use of medications without a proper medical prescription is a common and dangerous practice among Brazilians. In this context, a project was developed with the objective of direct intervention, through printed information and open dialogue with the population, aiming to guide the population about the risks related to self-medication. This article is a product of this project. The writing of this article is based on the literary review used in the creation of the content that was presented to the population through the aforementioned project and, with this article, we intend to combat the practice of self-medication, guiding the population in order to avoid abuse and, mainly, the disastrous consequences that can be caused by this behavior. This intervention can have an impact not only on the family nucleus of the population addressed, but can also generate replication by all the people involved.

Keywords: self-medication; drug interaction; risks; guidance.

1 Introdução

Sabemos que as Doenças Crônicas Não Transmissíveis - DCNTs vem se tornando cada vez mais recorrentes na vida do cidadão brasileiro. Essas doenças passaram a liderar as causas de óbito no país, sendo responsáveis por 72% (setenta e dois por cento) da mortalidade no Brasil, afetando majoritariamente pessoas de baixa renda, pois estão fatalmente mais expostas aos fatores de risco (Secretaria Estadual de Saúde do Distrito Federal, 2023).

A prática de atividades físicas, alimentação saudável e controle do estresse são formas de evitar algumas das chamadas DCTNs. Por exemplo a hipertensão, uma doença que atinge 30% (trinta por cento) da população adulta no país.

Segundo Anete Abdo, assistente da área técnica de saúde das pessoas com DCNT da Secretaria Municipal de Saúde da Cidade de São Paulo em 2015, é ideal que se pratique o equivalente a 150 (cento e cinquenta) minutos de atividade física semanalmente para evitar estas doenças.

A Diabetes é outra condição de saúde com impacto muito significativo na saúde geral do brasileiro. Segundo a Sociedade Brasileira de Diabetes (SBD), existem mais de 13 (treze) milhões de brasileiros sofrendo com esta doença, o que representa 6,9% (seis vírgula nove por cento) de toda a população do país (Levimar; Araújo, 2023).

Medicamentos são importantes no tratamento destas e de outras doenças, sendo responsáveis pela melhora da qualidade de vida da população, entretanto, o uso excessivo e/ou inadequado pode acarretar riscos à saúde. A prática da automedicação tem preocupado as autoridades e especialistas da área da saúde, principalmente pelo fácil acesso aos produtos terapêuticos combinado com os potenciais danos para a saúde que esta prática pode causar (Hughes *et al.*, 2001) (WHO, 2017).

Vários fatores podem estar associados à prática da automedicação, tais como a dificuldade de acesso ao sistema de saúde público e o alto custo de planos e de consultas médicas particulares.

Sobre a automedicação, definimos como a prática de consumir medicamentos sem a devida prescrição e/ou acompanhamento de um profissional qualificado. A pessoa que se automedica, na maioria das vezes, procura garantir alívio para alguma dor, sintoma ou problema de saúde. Contudo, algo que parece positivo para quem toma os remédios sem prescrição, na verdade pode ser arriscado (WHO, 2017).

Substâncias presentes nos medicamentos podem causar reações inesperadas, ao serem utilizadas sozinhas ou combinadas: as chamadas interações medicamentosas, acarretando drásticas consequências ao organismo (Palleria *et al.*, 2013).

Diante destas informações, os conhecimentos sobre interações medicamentosas desastrosas, assim como outras consequências possíveis e também relacionadas à prática inadequada de automedicação, podem contribuir para diminuir os riscos de agravos para os doentes, sejam eles hipertensos, diabéticos ou até mesmo que sofram com qualquer outra enfermidade.

1.1 Objetivo

O principal objetivo deste artigo é oferecer orientação à população sobre os riscos relacionados à automedicação. Pretendemos levar a este público aspectos relacionados as consequências das interações medicamentosas, aspectos estes que podem desestimular a prática desta conduta. Para atingir a população mais vulnerável, o problema será apresentado de forma clara, objetiva e de simples compreensão.

2 Metodologia

Este artigo é desenvolvido como um desdobramento de um projeto interdisciplinar, de natureza extensionista, realizado por este grupo de autores, como parte do currículo da Faculdade Inovamais de São Paulo. O referido projeto propôs uma intervenção direta, por meio de informativo impresso e diálogo aberto junto à população, visando orientar sobre os riscos relacionados à automedicação, incluindo conscientizar este público da possibilidade de interações medicamentosas, de forma a desestimular a prática desta conduta.

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, uma vez que os métodos qualitativos buscam compreender as razões implícitas aos fenômenos sem se prender à quantificação de valores. Para isso, fundamenta-se na análise de dados não-métricos obtidos por meio de interações e explorando diferentes perspectivas.

Já com relação a natureza, trata-se de uma pesquisa aplicada, com o propósito de gerar conhecimento para a resolução de problemas específicos (Gerhardt; Silveira, 2009, p. 32).

O artigo busca narrar fatos e fenômenos em uma determinada realidade, de forma que a presente revisão pode ser classificada como descritiva. Por fim, caracteriza-se também como uma pesquisa bibliográfica, baseando-se no levantamento de referências teóricas previamente publicadas em fontes escritas e eletrônicas (Gerhardt; Silveira, 2009, p. 32).

Para iniciar o projeto que deu origem a esta pesquisa, utilizamos a base de dados do Google Scholar em que realizamos uma busca por meio da *string* “*automedicação e interação medicamentosa*”. Nesse momento, optamos por selecionar apenas 3 (três) resultados com artigos recentes, cujos resumos apresentavam informações pertinentes e adequadas para uma introdução satisfatória nos termos dos objetivos apresentados elaborados para o projeto interdisciplinar.

Em seguida, para adequar a revisão e possibilitar a elaboração deste artigo, foram realizadas novas buscas na base de dados do Google Scholar utilizando as *stri*ngs “*automedicação e interação medicamentosa*” e “*educação em saúde e automedicação*”, com os termos em língua portuguesa e inglesa. Foram observados resultados em mais de 100 (cem) páginas do referido site, sendo assim, a seleção dos artigos iniciou-se pela leitura dos resumos, em ordem decrescente de idade, durante 5 (cinco) dias, **observando os seguintes critérios de inclusão:**

- 1) O artigo deve apresentar conteúdo relacionado aos riscos de automedicação de maneira geral, não tratando de especificidades inacessíveis ao público alvo.
- 2) O artigo deve apresentar conteúdo relacionado as interações medicamentosas de maneira geral, não tratando de especificidades inacessíveis ao público alvo.
- 3) O artigo deve relacionar a educação em saúde e automedicação no sentido de desestimular a prática indiscriminada desta conduta.

No período determinado foram consultados 50 (cinquenta) artigos, sendo que, pelos critérios de inclusão referidos, considerando a interpretação dos autores, foram selecionados 10 (dez) estudos que serviram como base para a revisão apresentada neste trabalho.

3 Automedicação e as interações medicamentosas

A automedicação, prática comum, definida por alguns autores como “*o uso de medicamentos sem orientação direta de um profissional da saúde*” é muitas vezes justificada como uma forma de gerenciamento de condições leves. Apesar desta justificativa, a automedicação apresenta riscos significativos, principalmente pela falta de supervisão especializada.

Indivíduos podem praticar tratamentos com base em experiências prévias ou recomendações informais, sem considerar adequadamente possíveis efeitos colaterais, contraindicações ou interações entre medicamentos (WHO, 2017).

O fácil acesso a medicamentos sem a devida prescrição em farmácias e lojas contribui para a prática da automedicação. Embora possa aliviar sintomas temporariamente, a automedicação inadequada pode levar a sérias consequências, como resistência antimicrobiana, reações adversas graves e interações medicamentosas prejudiciais (Lopes, 2001).

Já o termo interações medicamentosas refere-se aos efeitos decorrentes do uso concomitante de 2 (dois) ou mais medicamentos, alterando suas propriedades farmacocinéticas (absorção, metabolismo, distribuição e excreção) e farmacodinâmicas (interferência nos efeitos do medicamento no organismo). Essas interações podem ocasionar resultados indesejados, como a diminuição da eficácia terapêutica, potencialização de efeitos colaterais ou surgimento de novos efeitos nocivos (Palleria *et al.*, 2013).

A automedicação frequentemente envolve uma falta de conscientização sobre os riscos associados às interações medicamentosas (WHO, 2017). Este fenômeno, apesar de oferecer suposta autonomia na gestão da saúde, pode gerar graves impactos à saúde pública. Este aspecto é agravado pela carência de informações disponíveis sobre os malefícios potenciais e os perigos inerentes às interações medicamentosas (Hughes *et al.*, 2001).

Além dos riscos individuais, as interações medicamentosas representam um desafio importante para os sistemas de saúde. O aumento da automedicação resulta em mais visitas aos serviços de saúde por eventos adversos, impondo um fardo substancial aos recursos médicos limitados. Isso destaca a necessidade urgente de estratégias educativas para esclarecer os riscos potenciais da automedicação e das interações medicamentosas (WHO, 2017) (Lopes, 2001).

3.1 Interações Medicamentosas

As interações medicamentosas referem-se aos efeitos decorrentes do uso concomitante de medicamentos, os quais podem ocorrer por diversos mecanismos. Do ponto de vista farmacocinético, pode haver interferência na absorção, caso em que a presença de um fármaco altera a absorção do outro. O metabolismo também pode ser afetado, com mudanças na velocidade de biotransformação e eliminação dos fármacos. Assim como a distribuição nos tecidos e fluidos do organismo igualmente pode ser modificada na presença de interações. Por fim, a excreção renal ou não renal pode ter sua dinâmica alterada quando ocorre interação medicamentosa (Palleria *et al.*, 2013).

Além dos aspectos farmacocinéticos, existem interações de natureza farmacodinâmica, que se referem a modificações nos efeitos dos medicamentos no nível celular ou molecular, alterando suas ações farmacológicas (Palleria *et al.*, 2013).

Outra importante forma de interação ocorre entre medicamentos e alimentos: certos nutrientes podem interferir na absorção ou metabolismo dos fármacos quando administrados conjuntamente (Bushra; Aslam, 2010).

Podemos ainda tratar das interações medicamentosas de via cruzada, nas quais um medicamento influencia o efeito do outro, mesmo sem compartilharem as mesmas vias de metabolização. Portanto, as interações entre medicamentos são complexas e podem ocorrer por múltiplos mecanismos, trazendo riscos à saúde (Palleria *et al.*, 2013).

As interações medicamentosas podem ocorrer entre medicamentos prescritos, medicamentos sem receita médica, suplementos alimentares e produtos naturais. A complexidade dessas interações destaca a importância de uma avaliação abrangente por profissionais de saúde ao prescrever ou aconselhar o uso de medicamentos (Bushra; Aslam, 2010).

A compreensão das interações medicamentosas é crucial para evitar consequências adversas à saúde do paciente. Profissionais de saúde devem estar cientes das possíveis interações e suas consequências ao prescrever medicamentos, e os pacientes devem informar aos profissionais sobre todos os medicamentos e suplementos que estão tomando para evitar complicações.

3.2 Interações mais comuns em pacientes de Hipertensão Arterial e/ou Diabetes

Pacientes com diagnóstico concomitante de hipertensão e diabetes frequentemente enfrentam desafios adicionais relacionados a interações medicamentosas, dado o manejo simultâneo de múltiplas condições crônicas. A associação de anti-hipertensivos e antidiabéticos pode ocasionar interações complexas, com potencial prejuízo à efetividade do tratamento e aumento dos riscos à saúde (Ljungman *et al.*, 2016).

A administração conjunta de certos anti-hipertensivos, como beta-bloqueadores e tiazídicos, pode influenciar os níveis glicêmicos, afetando a resposta do paciente à medicação antidiabética (National Institute for Health and Care Excellence, 2016). Por sua vez, inibidores da enzima conversora de angiotensina (IECA), igualmente podem interagir com antidiabéticos orais, alterando as taxas de glicose (Ljungman *et al.*, 2016).

No que tange às interações medicamentosas e ao risco de complicações cardiovasculares, é válido pontuar que alguns anti-hipertensivos, como os bloqueadores dos receptores de angiotensina II (BRA), podem interagir com antidiabéticos, potencialmente elevando o risco de eventos cardiovasculares adversos (Zinman *et al.*, 2015). Também se observa que o uso concomitante de certos diuréticos e antidiabéticos pode influir nos níveis séricos de potássio, com possível impacto no ritmo cardíaco (Kalyani *et al.*, 2017).

Estatinas, amplamente prescritas para redução do colesterol, igualmente podem interagir com alguns antidiabéticos, afetando as taxas glicêmicas (Lipscombe *et al.*, 2013).

É essencial que profissionais de saúde estejam cientes dessas potenciais interações ao planejar o tratamento de pacientes hipertensos e/ou diabéticos. Comunicação aberta entre médicos, farmacêuticos e pacientes é crucial para identificar e mitigar riscos, assegurando a efetividade terapêutica e minimizando eventos adversos.

A abordagem personalizada e monitoramento regular dos pacientes configuram práticas imprescindíveis para garantir segurança e eficácia do tratamento na coexistência de hipertensão e diabetes.

4 Discussão

A discussão sobre automedicação, interações medicamentosas e educação em saúde, assim como suas particularidades em pacientes hipertensos e/ou diabéticos, mostra o quão complexo é o atual cenário de cuidados à saúde.

A automedicação, embora muito prevalente, traz riscos significativos por conta da falta de orientação profissional e de conscientização quanto aos perigos envolvidos. Além do risco de interações medicamentosas, que ao analisarmos percebemos facilmente que pacientes com doenças crônicas, como hipertensão e diabetes, enfrentam desafios únicos.

A educação em saúde surge como estratégia fundamental para mitigar esses riscos. O letramento em saúde é importante para capacitar os indivíduos na tomada de decisões, promovendo entendimento abrangente dos perigos da automedicação e das interações entre fármacos. Essa abordagem educativa beneficia não só os pacientes, mas também a eficácia geral do sistema de saúde, ao reduzir os casos de eventos adversos e consultas desnecessárias.

5 Conclusão

A automedicação, as interações medicamentosas e a educação em saúde são temas inter-relacionados e críticos para a promoção de práticas responsáveis de cuidado à saúde. No caso específico de pacientes hipertensos e/ou diabéticos, a atenção redobrada aos riscos potenciais dessas interações é vital.

Os profissionais de saúde desempenham papel fundamental na orientação de pacientes, monitoramento de tratamentos e fomento da literacia em saúde.

Estratégias educativas devem ser desenvolvidas e implementadas para fornecer informações acessíveis sobre os perigos da automedicação, especialmente para populações vulneráveis a complicações, como portadores de doenças crônicas.

A busca por uma abordagem abrangente no cuidado à saúde, que inclua conscientização, educação e comunicação efetiva, é essencial para enfrentar os desafios apresentados pela automedicação e interações farmacológicas. Praticando esta abordagem, podemos estabelecer um ambiente de cuidado mais seguro, capacitando os indivíduos a tomar decisões bem informadas e promovendo uma sociedade mais saudável e consciente.

Referências

- BUSHRA, R., Aslam, N. (2010). **An overview of clinical pharmacology of Ibuprofen.** Oman Medical Journal, 25(3), 155–161.
- FIGUEIRAS, A., Caamaño, F., Gestal-Otero, J. J. (2000). **Sociodemographic factors related to self-medication in Spain.** European Journal of Epidemiology, 16(1), 19–26.
- GERHARDT, T. E., & Silveira, D. T. (2009). **Métodos de pesquisa.** Plageder.
- HUGHES, C. M., McElnay, J. C., Fleming, G. F. (2001). **Benefits and risks of self-medication.** Drug Safety, 24(14), 1027–1037.
- KALYANI, R. R., Egan, J. M., Gosmanov, A. R., Warram, J. H., & D'Alessio, D. A. (2017). **Effects of nonglycemic parameters on insulin sensitivity in African American and aucasian healthy young adults.** Journal of Clinical Endocrinology & Metabolism, 102(6), 1982–1989.
- LEVIMAR, R., Araújo. **Dados Epidemiológicos.** Disponível em: <https://profissional.diabetes.org.br/wp-content/uploads/2023/06/Dados-Epidemiologicos-SBD_comT1Dindex.pdf>. Acesso em: 16 de fev. de 2024.
- LIPSCOMBE, L. L., Austin, P. C., Manuel, D. G., & Shah, B. R. (2013). **Hux JE. Thiazolidinediones and the risk of incident congestive heart failure among people with type 2 diabetes mellitus.** Diabetes, 62(10), 3528–3534.
- LOPES, N. M. (2001). **Automedicação: algumas reflexões sociológicas.**
- LUZ, V., Marques, M. S., & de Jesus, N. N. (2018). **Riscos de interações medicamentosas presentes nos receituários de pacientes hipertensos e diabéticos: uma revisão bibliográfica.** ID on line. Revista de psicologia, 12(40), 793–806.
- NATIONAL Institute for Health and Care Excellence (NICE). (2016). **Hypertension in adults: diagnosis and management.** Retrieved from link Ljungman, C., Kahan, T., Schiöler, L., Hjerpe, P., Hasselström, J., Wettermark, B., & Manhem, K. (2016). Diabetic patients' experiences of interactions with healthcare professionals. Primary Care Diabetes, 10(5), 367–375.
- PALLERIA, C., Di Paolo, A., Giofrè, C., Caglioti, C., Leuzzi, G., Siniscalchi, A., ... & Gallelli, L. (2013). **Pharmacokinetic drug-drug interaction and their implication in clinical management.** Journal of research in medical sciences: the official journal of Isfahan University of Medical Sciences, 18(7), 601.
- SECRETARIA de Saúde do Distrito Federal. **Vigilância Epidemiológica das Doenças Crônicas Não Transmissíveis, c2023.** Página inicial. Disponível em: <<https://www.saude.df.gov.br/>>. Acesso em: 16 de fev. de 2024.
- WORLD Health Organization (WHO). (2017). **Responsible Self-Care and Self-Medication: A Worldwide Review of Consumer Surveys.** Retrieved from link Smith, A. J., Tett, S. E. (2018). Education about medication interactions: Is it improving? Current Drug Safety, 13(1), 14–23.
- ZINMAN, B., Wanner, C., Lachin, J. M., Fitchett, D., Bluhmki, E., Hantel, S., ... & Cherney, D. Z. (2015). **Empagliflozin, cardiovascular outcomes, and mortality in type 2 diabetes.** New England Journal of Medicine, 373(22), 2117–2128.

ADERÊNCIA AO PROCEDIMENTO DE HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS NO AMBIENTE HOSPITALAR PELOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE

Grace Kelly Pereira Balduino
g.leigh09@gmail.com

Maria das Graças Revorêdo
gracarevoredodo@hotmail.com

Mariana Cristina Paulino
marycrispink@gmail.com

Alunas do curso de Enfermagem

Orientador(a):
Janici Therezinha Santos
jalilisanta@gmail.com

Faculdade Inova Mais de São Paulo
(FIMSP)

Resumo:

Há mais de 150 anos, o estudioso Semmelweis (1818-1865), comprovou a importância da higienização das mãos na prevenção de infecções. Atualmente esse procedimento representa a 5ª (quinta) meta de segurança do paciente, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS). A higienização correta deve ser prioridade dentro dos ambientes hospitalares pelos profissionais de saúde.

O objetivo deste artigo é realizar um levantamento na literatura sobre a adesão de higiene das mãos em ambiente hospitalar pelos profissionais de saúde. Foi realizada uma revisão bibliográfica. O levantamento dos artigos foi realizado nas bases de dados da Scientific Electronic Library Online (SciELO), Google acadêmico, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) em publicações de 2009 a 2023. Os resultados preliminares apontam que a higienização correta das mãos é um dos primeiros procedimentos ensinados nos cursos voltados a área da saúde. A sua importância está associada diretamente ao desenvolvimento de procedimentos do cuidado clínico. Portanto é extremamente necessário que a técnica seja adequada e eficaz. Entretanto estudos apontam que ainda pode haver uma baixa adesão a esse procedimento por parte das equipes assistenciais no contexto hospitalar e por isso os pacientes apresentam riscos de infecções trazidas pelas mãos dos profissionais de saúde.

Palavras-Chave: higienização das mãos; prevenção; infecção; equipe assistencial.



Abstract:

For over 150 years, the scholar Semmelweis (1818-1865) demonstrated the importance of hand hygiene in infection prevention. Currently, this procedure represents the 5th patient safety goal according to the World Health Organization (WHO). Proper hand hygiene should be a priority within hospital environments for healthcare professionals.

The aim of this article is to conduct a literature review on the adherence to hand hygiene in hospital settings by healthcare professionals. A bibliographic review was conducted. Articles were searched in the databases of the Scientific Electronic Library Online (Scielo), Google Scholar, Latin American and Caribbean Health Sciences Literature (LILACS), and the National Health Surveillance Agency (ANVISA) from 2009 to 2023. Preliminary results indicate that proper hand hygiene is one of the first procedures taught in health-care-related courses. Its importance is directly associated with the development of clinical care procedures. Therefore, it is extremely necessary for the technique to be adequate and effective. However, studies suggest that there may still be low adherence to this procedure by healthcare teams in the hospital context, leading to patients being at risk of infections transmitted by healthcare professionals' hands.

Keywords: hand hygiene; prevention; infection; healthcare team.

1 Introdução

A biossegurança apresenta como conceito um conjunto de ações voltadas para a prevenção de forma a minimizar os riscos de infecção. Ambientes com risco de contaminação biológica, como os hospitais, apresentam em todos os seus locais onde ocorre o cuidado ao paciente, grandes chances de propiciar o que os especialistas chamam de “contaminação cruzada” (SCHEIDT, CARVALHO, 2016).

A contaminação cruzada pode ocorrer sempre que um visitante, paciente ou profissional, transporta e/ou transfere micro-organismos de fora para dentro dos hospitais, e vice-versa (CARVALHO *et al.*, 2009).

Sendo assim, a importância da lavagem das mãos deve ser conscientizada por todos os profissionais de saúde, pois foi comprovada por Semmelweis (1818- 1865) há mais de 150 (cento e cinquenta) anos. Este estudioso, introduziu o uso de solução clorada após pesquisar porque as puerperas morriam por febre e infecção grave logo após o parto realizado pelos residentes do hospital. O que ficou constatado por Semmelweis é que, os residentes não higienizavam as mãos adequadamente entre partos e necrópsias e realizam os partos trazendo embaixo das unhas resíduos contaminados dos cadáveres para as parturientes. Por meio do estudo de Semmelweis e a introdução de solução clorada na higienização das mãos, as estatísticas mostraram que houve uma redução drástica de infecções e evento morte por febre puerperal nas pacientes (SCHEIDT, CARVALHO, 2016).

Por essa razão em estudos atuais como os de Edmonds-Wilson *et al.*, (2015) há maior compreensão sobre como as mãos são vetores críticos para a transmissão cruzada de micro-organismos.

O que fica claro nas pesquisas é que, deve haver uma sequência correta para a higienização das mãos, ou seja, os profissionais de saúde

devem, em suas práticas diárias, higienizá-las de forma eficaz.

De acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA (BRASIL, 2009), a higienização das mãos é mundialmente reconhecida como um método de prevenção primária de extrema importância no combate de Infecções Relacionadas à Assistência na Saúde (IRAS), por isso, é considerada fundamental no controle e prevenção de infecções no ambiente hospitalar. Atualmente a higienização das mãos faz parte da segurança do paciente, e se destaca como a 5ª (quinta) meta internacional de segurança do paciente, necessitando de reciclagem contínua e conscientização dos profissionais de saúde.

Desta forma, o questionamento que norteará este estudo será: “Qual a adesão da higiene das mãos em ambiente hospitalar pelos profissionais de saúde?”

Ao escolher esta temática, pensa-se que a higienização das mãos corretamente dentro do ambiente hospitalar pode salvar vidas, pois previne infecções. Sendo assim, o presente estudo se justifica por saber que apesar de ser uma técnica básica e mundialmente conhecida e reconhecida, existem lacunas deixadas nesta técnica e na adesão por profissionais de saúde que não realizam ou realizam de forma inadequada este cuidado, colocando em risco os pacientes.

Nesse sentido, o objetivo deste estudo é realizar um levantamento na literatura sobre a higiene das mãos e a adesão em ambiente hospitalar pelos profissionais de saúde.

2 Materiais e Métodos

O estudo é uma revisão bibliográfica.

Para o levantamento dos artigos foram realizadas as buscas nas bases de dados da: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Google Acadêmico, Literatura Latino-Americana e do

Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

Como critérios de inclusão, levantou-se estudos nacionais publicados entre os anos de 2009 a 2003.

Para demonstrar os resultados dos levantamentos e as análises, elaborou-se um quadro disponibilizado a seguir com as seguintes informações: nome do autor e ano de publicação, objetivo dos estudos, método utilizado, resultados alcançados e palavras-chave.

A análise e discussão foram realizadas de forma descritiva, baseando-se em cada autor(es) selecionado(s).

3 Resultados

Foram pesquisados 44 (quarenta e quatro) artigos, destes 5 (cinco) foram selecionados para o estudo por atenderem aos objetivos desta revisão bibliográfica. Abaixo, no Quadro 1, estão organizados os artigos conforme seleção com as seguintes variáveis: nome do autor e ano de publicação, objetivo do estudo, método utilizado, resultados alcançados e palavras chave.

Tabela 1: Distribuição dos artigos selecionados entre 2009 e 2023.

Nome do Autor e ano de Publicação	Objetivo do estudo	Método utilizado	Resultados alcançados	Palavras – chave
Pinto; Batista (2009)	Verificar o conhecimento da higienização das mãos, hábitos, obstáculos e analisar a técnica da lavagem de mãos dos alunos de 6º ano de medicina e 4º ano de enfermagem da FAMERP.	Os dados foram coletados com 50% mais um dos alunos de cada curso com auxílio de um questionário com questões abertas. A técnica foi avaliada com auxílio de um <i>check-list</i> de HM desenvolvido pela pesquisadora.	Ambos os cursos reconheceram a importância da Higiene das mãos para a prevenção de infecção hospitalar, porém constatou-se baixa adesão nos cursos desta prática.	Infecção hospitalar; lavagem de mãos; estudantes.
Martinez <i>et al.</i> (2009)	Avaliar o cumprimento da técnica de lavagem das mãos empregadas em uma unidade de terapia intensiva neonatal (UTIN) pelos profissionais de saúde e visitantes.	Estudo prospectivo e observacionais em uma UTIN universitária em Santos (SP). Observações foram feitas nos períodos da manhã e da tarde por um período de 7 meses.	Dentre os observados, 24 (56%) lavaram as mãos antes de entrar na unidade, sendo a lavagem observada com maior frequência no período da manhã (75%) do que a tarde (39%).	Unidade de terapia intensiva para recém nascidos; infecção hospitalar; lavagem de mãos; pessoal de saúde.



Nome do Autor e ano de Publicação	Objetivo do estudo	Método utilizado	Resultados alcançados	Palavras – chave
Oliveira; Paula (2011)	Monitorização da adesão à higienização das mãos.	Revisão de literatura	Grande parte dos estudos demonstrou que a taxa de adesão continua aquém do esperado, sendo considerado como prioridade o treinamento dos profissionais de saúde, a fim de focar a necessidade e a importância de uma prática aparentemente simples como a higienização das mãos.	Lavagem das mãos; monitoramento; precauções universais; aderência à diretriz
Polidoro AF, Lopes AER, Gaspar GG, <i>et al.</i> (2022)	Analisar a adesão de profissionais de saúde à técnica de higienização de mãos em uma unidade coronariana.	Estudo transversal. Participaram da pesquisa todos os profissionais de saúde que atuam na unidade.	Foram avaliados 30 profissionais de saúde, sendo 6 enfermeiros, 18 técnicos de enfermagem, 2 fisioterapeutas e 4 médicos. Foram observadas 498 oportunidades de higiene das mãos, com 190 ações realizadas, resultando em 38,2% de adesão.	Infecção hospitalar; lavagem de mãos; unidades de terapia intensiva; segurança do paciente.
Oliveira SM, Santos JT, <i>et al.</i> (2023)	Resgate da valorização da higienização das mãos.	Levantamento bibliográfico.	Ainda que a higienização das mãos seja reconhecida como sendo o meio mais eficaz e com menor custo na redução da velocidade da disseminação e das alarmantes taxas de mortalidade decorrentes da pandemia, observa-se que, na prática esse procedimento tão simples é ainda negligenciado pelos profissionais.	Mãos limpas, infecção, higienização.

4 Discussão

Pinto; Batista (2009), levantaram dados interessantes sobre a higienização das mãos durante sua pesquisa. Embora os alunos dos cursos de enfermagem e medicina reconhecessem a importância da higienização correta das mãos, cerca de 60% (sessenta por cento) dos alunos do curso de medicina entrevistados e 42% (quarenta e dois por cento) dos alunos do curso de enfermagem, confirmaram realizar a higienização das mãos antes e depois do contato com os pacientes.

Quando falaram em higienização das mãos após procedimentos, os números mudaram bastante: 27% (vinte e sete por cento) dos alunos de medicina e 74% (setenta e quatro por cento) dos alunos do curso de enfermagem afirmam realizar a devida higienização das mãos pós procedimentos. Quando tratamos de higienização após a utilização da luva, apenas 3% (três por cento) afirmam higienizar as mãos.

Martinez *et al* (2009) realizaram um estudo observacional na UTI – Unidade de Terapia Intensiva de um hospital de ensino público estadual de atendimento terciário na cidade de Santos – SP. Esta observação envolveu um total de 43 (quarenta e três) profissionais de saúde e foram feitas em horários alternados. O que foi observado é que, de um total de 43 (quarenta e três) profissionais, cerca de 70% (setenta por cento) dos profissionais lavaram as mãos ao chegar no setor. Deste percentual 24 (vinte e quatro) profissionais de saúde higienizaram as mãos imediatamente após chegarem e outras 6 (seis) pessoas afirmaram que realizaram a higienização em algum momento após a sua chegada.

Observaram também o tempo gasto durante a lavagem: 43% (quarenta e três por cento) dos observados gastaram menos de 10 (dez) segundos, 40% (quarenta por cento) entre 10 (dez) e 20 (vinte) segundos, já 13% (treze por cento) foi observado levando entre 20 (vinte) e 30 (trinta) segundos, e alarmantemente apenas

uma pessoa, o que equivale a 3% (três por cento) do total de observados, levou mais de 30 (trinta) segundos.

Seguindo com a análise dos resultados alcançados, temos a pesquisa de Oliveira; Paula (2011) que colocou em foco o método de estudos dos artigos que avaliam a aderência dos profissionais de diversas áreas à higienização das mãos durante a assistência clínica nas instituições. Estes resultados ressaltam que a utilização de formulários auto aplicáveis, por exemplo, podem ter resultados conflitantes, uma vez que dependem apenas das informações fornecidas pelos profissionais sem meios de comprovação dos mesmos. No geral, concluíram que todos os métodos, sejam eles diretos ou indiretos, possuem prós e contras. Além disso, ressaltam que independentemente do método de estudo, a adesão dos profissionais a esse procedimento tão simples e importante está muito abaixo do que seria adequado.

O artigo de Polidoro *et al.*, (2022) foi baseado em um estudo transversal onde observaram 30 (trinta) profissionais da saúde de diversas áreas em unidade de tratamento coronariano e as oportunidades de higienização das mãos, com base nas observações, chegaram a números que evidenciam a baixa aderência. Em 498 (quatrocentas e noventa e oito) oportunidades, os autores relatam que, observaram apenas 190 (cento e noventa) ações de higienização das mãos de fato realizadas, o que representa apenas 34% (trinta e quatro por cento) de oportunidades aproveitadas.

Este fato levou os autores a concluírem que, há uma grande necessidade de investimento em educação e conscientização sobre a importância desse procedimento no atendimento ao paciente.

Oliveira; *et al.*, (2023) ressaltam em seu artigo que a falta de incentivo e campanhas de conscientização contribuem para a baixa adesão dos profissionais a esse procedimento. Durante a Pandemia do Covid19 houveram mais incentivos aos profissionais e a população em geral,

mas esses ainda precisam se tornar mais consistentes mesmo em cenário pós pandemia para continuar a oferecer segurança no cuidado ao paciente.

5 Considerações Finais

Com base nos estudos analisados durante a elaboração dessa pesquisa ficaram claras algumas questões relevantes.

Os profissionais conhecem o procedimento de higienização das mãos e sua importância, mas ainda assim não o executam de forma adequada.

Dentre os estudos selecionados podemos destacar a falta de material ou de locais adequados para a higienização correta das mãos e esses fatores foram apontados como motivos para a baixa adesão.

Assim, considera-se que, devem haver cada vez mais campanhas de incentivo e investimentos que facilitem a execução desse procedimento. Além disso, devem ser aplicados continuamente treinamentos institucionais, pois a higiene das mãos é composta de movimentos simples e que podem contribuir para a recuperação de um paciente ou pode colocá-lo em grande risco quando não executado ou feito de forma incorreta.

Desta forma, essa técnica deve ser priorizada pelas instituições a fim de garantir maior segurança não somente aos pacientes, mas também aos próprios profissionais.



Referências

- AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA. ANVISA - **Segurança do Paciente - Higienização das Mãos Agência Nacional de Vigilância Sanitária**, 2009. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/servicosaude/manuais/paciente_hig_maos.pdf>
- EDMONDS-WILSON, S.L. *et al.* **Revisão da pesquisa do microbioma da mão humana**. J. Dermatol. Scie. v. 80, n. 1, p. 3-12, 2015.
- MARTINEZ. M.R., ALEXANDRE A. F. CAMPOS, P.C.; NOGUEIRA, K. **Adesão à técnica de lavagem de mãos em Unidade de Terapia Intensiva Neonatal**. Rev Paul Pediatr. v.27, 2009.
- OLIVEIRA, A.C., DE PAULA, A.O. **Monitoração da adesão à higienização das mãos: uma revisão de literatura**. Acta Paul Enferm, v.24, n.3, p.407-13, 2011.
- OLIVEIRA, L.; ROBES, A.V.; SANTOS, J. T.; VIEIRA A.; D'ALPINO, P. H. **Resgate da Valorização da Higienização das Mãos em Tempos de Pandemia. Ensaios e Ciência C Biológicas Agrárias e da Saúde**, v. 25, n. 2, p. 206–213, 2021. Disponível em: <https://ensaioseciencia.pgscogna.com.br/ensaioseciencia/article/view/8425>.
- PINTO, F.O.; BAPTISTA, M.A. **Higienização das mãos: hábitos, obstáculos, e a técnica desenvolvida pelos discentes do 6º ano de medicina e do 4º ano de enfermagem de um hospital escola**. Arq. Ciênc. Saúde 2010.
- POLIDORO, A.F., LOPES, A.E.R, GASPAR, G.G, *et al.* **Avaliação da adesão à higiene de mãos em unidade coronariana**. Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro, v. 12, p.4618, 2012.
- SCHEIDT. K.L.S.; CARVALHO, M. **Avaliação prática da lavagem das mãos pelos profissionais de saúde em atividades lúdico educativas**. Rev. Enferm. UERJ v.14, n.2, p.221-5, 2016.

RELAÇÃO DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL - DISCUSSÕES A PARTIR DO JOGO DE TABULEIRO: “CAMINHO DA IGUALDADE”

Gabriela de Sousa Rodrigues
gabrielarodrigus123@gmail.com

Gisele da Silva Rodrigues
giza_liz@hotmail.com

Luciana Pereira de Oliveira Santos
luxulipe@hotmail.com

Tamires Souza de Carvalho
tamiressouzadecarvalho@gmail.com

Alunas do curso de Pedagogia

Orientador(a):
Carla Regina de Oliveira
carlareoliveira@uol.com.br

Faculdade Educamais
(EDUCA+)

Resumo:

Este artigo decorre do Projeto de Atividades Interdisciplinares - PAI da Faculdade Educamais e traz como contribuição a criação de um jogo interativo como uma prática pedagógica tendo como objetivo compreender, a partir do lúdico, a percepção da criança no que tange às relações de gênero e suas interações no âmbito escolar. Pretende-se com o jogo compreender as noções de gênero entre meninos e meninas, sabendo-se que esta percepção envolve uma variedade de conhecimentos e elementos sociais e culturais. Nesse sentido, é importante compreender como e o que as crianças sabem e aprendem sobre eles ao estabelecerem suas relações no cotidiano de uma instituição de educação infantil.

Palavras-Chave: educação infantil; gênero; ludicidade; práticas pedagógicas.



Abstract:

This article is part of the PAI - Interdisciplinary Activities Project of the Educamaís College, which contributes to the creation of an interactive game as a pedagogical practice, aiming to understand, through play, children's perception of gender relations and their interactions in the school environment. The game aims to understand notions of gender between boys and girls, knowing that this perception involves a variety of knowledge and social and cultural elements. In this sense, it is important to understand how and what children know and learn about them when establishing their relationships in the daily life of an early childhood education institution.

Keywords: childhood education, gender, playfulness; pedagogical practices.

1 Introdução

A educação infantil é um estágio crucial no desenvolvimento das crianças, nesta fase os alicerces para compreender e apreciar as diferenças de gênero podem ser moldados de maneira significativa. É um período no qual as crianças começam a formar suas identidades, valores e atitudes em relação ao mundo que as cerca. Nesse contexto, a discussão sobre gênero desempenha um papel fundamental na promoção da igualdade e na desconstrução de estereótipos prejudiciais.

As situações das relações de gênero enraizadas na sociedade podem influenciar jogos e brinquedos lúdicos para meninos ou meninas, sugerindo brincadeiras diferentes com base no gênero, com isso pode acabar construindo um sentido sobre ser menino ou menina gerando uma separação de gêneros nas crianças.

Isso pode ter consequências danosas para o crescimento intelectual, físico, social e psicológico para as crianças, fazendo com que muitas não estabeleçam relações com o gênero oposto no começo de suas vidas, o que é essencial para um mundo melhor.

Podemos verificar por exemplo que, em algumas situações os meninos têm comportamento mais agitado e costumam brincar fora da sala e realizar brincadeiras com mais movimentação, já as meninas, demonstram comportamento mais contido em suas brincadeiras e ficam por vezes dentro de sala de aula.

Os brinquedos e/ou brincadeiras são por vezes utilizados para reforçar essa segregação mas, em alguns momentos, as crianças por livre e espontânea vontade quebram essa barreira de gênero brincando com brinquedos não considerados os ideais para seu gênero sem se importar, mostrando que com a metodologia certa conseguimos formar crianças tendo uma relação de gênero melhor no futuro, fazendo com que todos os paradigmas impostos na nossa

sociedade não afetem os alunos que estão inseridos nesse contexto.

Nessa perspectiva, Ferreira (2002, p.128) [...] sugere que a oferta de brinquedos leva as crianças a erguerem verdadeiras fronteiras generadas, estruturalmente demarcadas. Dessa maneira, o estabelecimento de territórios limítrofes, nos quais elas brincam de modo segregado em grupos distintos, que associam as meninas ao espaço da casinha e direciona os meninos aos brinquedos mais ousados (armas, carros, dentre outros), faculta “[...] a construção de fronteiras bipolares de acordo com uma identificação de interesses de gênero contrastantes, extremados e exclusivos”.

Ainda precisamos nos debruçar e entender os comportamentos sexistas e discriminatórios, nos espaços da sociedade, principalmente nos espaços escolares. Precisamos compreender como essas discriminações apresentam-se, de que forma ocorrem e como se constituem em comunidades com diferentes realidades socioeconômico-culturais.

A pesquisa de gênero e de infância tem priorizado o que ocorre nos espaços escolares a partir de observações das interações das crianças entre elas e com educadores que trabalham com a educação infantil nos diferentes momentos da organização de tempo e espaço.

Conforme Louro (1997) a escola delimita espaços, servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui, informa o “lugar” dos pequenos e grandes, dos meninos e das meninas.

A escola sempre exerceu uma ação discriminante, esta instituição sempre reforçou o que prevalece na sociedade. As escolas se encarregaram de separar os sujeitos não permitindo o acesso a todos. Foi na escola que verificamos o processo de separar adulto de crianças, católicos de protestantes, brancos de negros. Neste mesmo sentido, se fez diferente para ricos e pobres e, imediatamente, separou meninos de meninas.

As crianças aprendem com as outras crianças nos espaços de convívio comum, a cultura de pares é fundamental para as crianças, pois é nesse convívio que permitem apropriar, reinventar e produzir o mundo que o rodeia. O convívio com os seus pares, traz o conhecimento de atividades e rotinas por meio de representação de fantasias e cenas do cotidiano. Essa divisão de tempo e emoções é importante para um perfeito entendimento do mundo e faz parte do processo de crescimento.

“O mundo da criança é muito heterogêneo, ela está em contato com várias realidades diferentes, das quais vai apreendendo valores e estratégias que contribuem para a formação da sua identidade pessoal e social. Para isso, contribuem a sua família, as relações escolares, as relações de pares e as relações comunitárias. Quando “trabalham”, a participação de tarefas familiares leva as crianças a aprender quando e como agir e “[...] ao agir inscrevem o seu saber no contexto social e são também produtoras de práticas culturais.” (Pinto, 1997, p. 92).

Relacionam-se aos meninos, desde o seu nascimento qualidades que vão dando força para a discriminação do gênero e que promovem a autoestima do homem, como fortes, corajosos e espertos. Já com as meninas as qualidades atribuídas reforçam que são delicadas, frágeis e medrosas.

Tudo isso é reforçado quando as crianças começam a ganhar seus brinquedos. Meninos recebem carrinhos, bolas, coisas de cores azul, já as meninas recebem bonecas, carrinhos de bebês que imitam os de verdade, coisas de cor rosa.

As relações não são apenas relações de gêneros e sim de poder, o que se perpetua e continuará se a escola não fizer o seu papel, bem como os outros segmentos da sociedade. A escola pode ser um instrumento para repassar preconceito e

discriminação ou uma formadora de uma sociedade com menos desigualdades sociais.

Os espaços escolares precisam ter uma proposta pedagógica que trabalhe as pessoas de forma a não encaixá-las dentro de certos comportamentos, para que possam se expressar com maior liberdade, enriquecendo as relações e aprendendo que temos muitas maneiras de ser mulher e muitas maneiras de ser homem.

É nas escolas que as relações são discutidas e estudadas e o entendimento sobre as questões de gêneros vão sendo explicadas, daí a importância de sempre introduzir nas aulas momentos históricos vividos por cada povo.

Prout (2004) defende que é necessário intensificar a interdisciplinaridade dos estudos da infância, incluindo a psicologia crítica, na procura de um diálogo que explore pontos em comum e diferenças, bem como um envolvimento com as ciências médicas e biológicas. Apresenta também, o conceito de mobilidade, pois para ele não é possível perceber a variedade e complexidade da infância sem nos centrarmos no movimento, ou nos fluxos que delineiam a relação entre global e local, entre grande e pequeno, entre o grandioso e o mundano. Assim como as pessoas, as mobilidades transnacionais também envolvem fluxo de produtos, informações, valores e imagens com os quais as crianças interagem diariamente. Os processos de socialização cada vez mais complexos ocorrem, a partir do momento em que as crianças de menor idade começam a passar grande parte do seu tempo fora do contexto familiar.

O projeto “*Relações de Gênero na Educação Infantil: Caminho da Igualdade*”, propõe uma abordagem inovadora para abordar a questão de gênero na educação infantil por meio de um jogo de tabuleiro interativo e educativo. Por meio deste jogo, as crianças serão convidadas a explorar conceitos de gênero, diversidade e igualdade de forma lúdica e envolvente. Ao tornar esse assunto acessível desde cedo, podemos contribuir para a formação de cidadãos conscientes e

respeitosos, capazes de construir uma sociedade mais inclusiva.

Durante este projeto, examinamos fundamentos teóricos que embasam a relação entre gênero e educação infantil, bem como os desafios enfrentados pelos educadores ao lidar com essa temática sensível. Além disso, apresentaremos o jogo "*Caminho da Igualdade*" como uma ferramenta pedagógica inovadora que pode ser usada em sala de aula para promover discussões construtivas sobre gênero. Por fim, discutiremos expectativas e objetivos deste projeto, destacando a importância de promover uma educação inclusiva e equitativa desde a infância como um passo essencial em direção a uma sociedade mais justa e igualitária.

A importância do projeto que aborda a relação de gênero na educação infantil por meio de um jogo de tabuleiro é substancial e multifacetada. Em um momento em que a sociedade está cada vez mais consciente da necessidade de promover igualdade de gênero, essa iniciativa se destaca como uma ferramenta educacional original e relevante. Assim sendo, o projeto de criação de um jogo de tabuleiro para discutir relação de gênero na educação infantil é importante por diversos motivos:

Em primeiro lugar, o jogo é uma ferramenta lúdica e divertida que pode ser utilizada para despertar o interesse das crianças pelo tema, permitindo explorar conceitos relacionados ao gênero. Isso é fundamental, pois muitas vezes as crianças podem sentir-se desconfortáveis ou inibidas ao discutir questões de gênero de forma direta. O jogo permite que elas aprendam de maneira mais descontraída e inclusiva, podendo ser adaptado para diferentes faixas etárias e níveis de conhecimento, o que o torna acessível a um público amplo.

Além disso, um jogo de tabuleiro pode promover a empatia e a compreensão, pois permite que as crianças vivenciem diferentes perspectivas e realidades relacionadas ao gênero. Isso pode ajudar a combater estereótipos prejudiciais

e promover a aceitação da diversidade de identidades de gênero.

O projeto também pode ser uma ferramenta valiosa para educadores e pais, fornecendo recursos para abordar a educação de gênero de maneira mais eficaz. Isso contribui para a formação de crianças mais conscientes e respeitadas em relação às questões de gênero, o que é essencial para a construção de uma sociedade mais igualitária.

Destacamos 5 (cinco) razões que ressaltam a importância desse projeto:

- 1) Educação inclusiva desde cedo:** a educação infantil é uma fase crucial para a formação das crianças, em que valores, normas e conceitos começam a ser moldados. Introduzir a discussão de gênero nesse estágio é fundamental para que as crianças cresçam em um ambiente inclusivo, compreendendo que todos têm direitos iguais, independentemente do gênero.
- 2) Desconstrução de estereótipos de gênero:** jogos de tabuleiro podem ser ferramentas poderosas para desafiar estereótipos de gênero enraizados na sociedade. Ao incorporar personagens e situações diversas no jogo, é possível desconstruir preconceitos e mostrar às crianças que não há limitações de gênero quando se trata de habilidades, interesses e aspirações.
- 3) Aprendizado lúdico:** as crianças aprendem melhor quando estão se divertindo. O uso de um jogo de tabuleiro torna o processo educacional mais envolvente e atrativo, incentivando a participação ativa e a compreensão profunda dos conceitos relacionados ao gênero.
- 4) Promoção de habilidades sociais:** jogar um jogo de tabuleiro envolve interações sociais, colaboração e resolução de problemas. Essas habilidades são

fundamentais para a vida cotidiana e o jogo pode ser usado como um espaço seguro para discutir questões de gênero, ensinando às crianças como respeitar e entender as diferenças.

5) Preparação para um futuro igualitário: ao abordar a relação de gênero na educação infantil, estamos preparando gerações futuras para um mundo mais igualitário e inclusivo. Isso pode resultar em uma sociedade em que homens e mulheres desfrutem dos mesmos direitos, oportunidades e responsabilidades, promovendo, assim, um ambiente mais justo para todos.

2 Objetivos

O objetivo geral deste artigo é propor um jogo de tabuleiro interativo que aborde, de forma lúdica e educativa, a importância da igualdade de gênero desde a infância.

Como objetivos específicos temos:

- » Promover a conscientização sobre diversidade de gênero, mostrando às crianças sobre a importância de respeitar as diferenças e promover a igualdade entre meninos e meninas;
- » Estimular o diálogo e a comunicação;
- » Desconstruir estereótipos de gênero;
- » Reforçar a empatia e o respeito;
- » Desenvolver habilidades críticas.

Além da introdução e definição de objetivos, este artigo é composto por uma fundamentação teórica, metodologia, resultados esperados, considerações finais, além das referências bibliográficas utilizadas.

3 Fundamentação Teórica

3.1 Relação de Gênero

O estudo sobre as relações de gênero pode contribuir para percebermos que tudo o que fazemos tem a ver com a forma como fomos educados na escola e fora dela, e que cada profissional possa refletir sobre seus métodos de ensino, tendo a compreensão de que ela não é neutra e que a escola, pode ser tanto um centro de preconceitos e discriminação, como também pode ser um centro de mudanças.

Conforme Louro (1997, p. 12) a escola delimita espaços:

“Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o “lugar” dos pequenos e grandes, dos meninos e das meninas. Através de seus quadros, crucifixos, santas ou esculturas, aponta aqueles/as que deverão ser modelos e permite, também, que os sujeitos se reconheçam (ou não) nesses modelos. O prédio escolar informa a todos/as sua razão de existir. Suas marcas, seus símbolos e arranjos arquitetônicos “fazem sentidos”. Instituem múltiplos sentidos, constituem distintos sujeitos. A reprodução da discriminação na escola é reforçada quando: O professor as vezes reforça as situações de gênero enraizadas na sociedade, na maioria das vezes reforçando quais são os brinquedos de meninas e de meninos, com tudo isso a separação de gênero começa desde o primeiro contato social.

A educação infantil é uma fase importante para a formação das crianças onde valores e conceitos começam a ser formados. É fundamental que as crianças cresçam em um ambiente inclusivo e compreendendo que todos têm direito iguais, de exercer uma função ou brincar do que quiserem, independente de gênero.

O mundo da criança é muito heterogêneo, ela está em contato com várias realidades

diferentes, por meio das quais vai apreendendo valores e estratégias que contribuem para a formação da sua identidade pessoal e social. Para isso, contribuem a sua família, as relações escolares, as relações de pares e as relações comunitárias. Quando “trabalham”, a participação de tarefas familiares leva as crianças a aprender quando e como agir e, ao agir inscrevem o seu saber no contexto social e são também produtoras de práticas culturais.” (Pinto, 1997, p. 92).

3.2 Relação de Gênero na Educação Infantil

A educação infantil é o primeiro processo educacional em que as crianças são inseridas a partir do momento de seu nascimento. A criança passa por várias fases durante essa etapa tão importante. Na educação infantil, as relações de gênero, sexualidade e identidade de gênero começam a aparecer nos pequenos detalhes da vida da criança. Essa situação geralmente lhe é apresentada pela família, onde a exposição ou imposição do que é designada para mulher ou para o homem parte do âmbito em que a criança está inserida.

Com isso, Brasil (1998, p. 19), confirma que, dentre as questões relacionadas à sexualidade, as relações de gênero ocupam um lugar central. Há um vínculo básico entre o gênero de uma pessoa e suas características biológicas, que a definem como sexo masculino ou feminino. Perceber-se e ser percebido como homem ou como mulher, pertencendo ao grupo dos homens ou das mulheres, dos meninos ou das meninas, se dá nas interações estabelecidas, principalmente nos primeiros anos de vida e durante a adolescência.

Outro destaque muito importante no que se refere ao comportamento social de ser homem ou mulher perante o outro é o fato de como e quando a criança começa a se identificar nesse espaço onde ela está inserida socialmente. Quando falamos de identidade de gênero, logo pensamos em como a pessoa se autodeclara socialmente e como essa atitude pode refletir perante o sexo

oposto. É nesse momento que devemos o respeito mútuo entre meninos e meninas e a família precisa ser envolvida nesse processo.

Nesse sentido, as crianças ao longo da vida passam a perceber que a relação entre homens e mulheres precisa acontecer de maneira respeitosa e com valores de igualdade. Se esta atitude for trabalhada com as crianças desde a construção de seus saberes e conhecimento de mundo, logo nos primeiros contatos com as pessoas à sua volta e depois na escola, teríamos um caminho para que o sentimento de igualdade forja-se de forma natural, com menos estereótipos e preconceito impostos pela sociedade.

As relações de gênero estão presentes em todos os espaços, e na escola, ela se apresenta de várias formas. Por isto, ao escolher um jogo ou uma brincadeira, a criança traz consigo seus costumes. Desta maneira, ao escolher determinado brinquedo pela cor, por exemplo, a criança apresenta alguns critérios, e manifesta suas preferências.

De acordo com Felipe (2000) *apud* Silva (2012, p. 10), há uma vigilância exercida desde os primeiros anos de vida não só pela família, mas também pela escola, para que se possa garantir a manutenção de uma masculinidade ou feminilidade considerada hegemônica. “Qualquer possibilidade de rompimento das fronteiras de gênero aponta uma classificação no campo da patologia, da anormalidade”.

3.3 A importância do jogo na Educação Infantil

Todos sabemos que os jogos e brincadeiras fazem parte da vida das crianças, um simples jogo de tabuleiro ajuda a desenvolver o raciocínio lógico, a atenção, interação social e concentração.

Afirma Freitag (2012) que brincando as crianças exploram e podem fazer reflexões acerca de sua cultura, questionando regras, valores e condutas comportamentais. Nesse brincar é possível observar que as crianças expõem situações que ainda não conseguem elaborar para

poderem se expressar na linguagem escrita ou até mesmo falada.

Dessa forma o brincar proporciona a autonomia possibilitando a interação com o mundo explorando sua imaginação e suas relações sociais. Por mais simples que possa parecer, uma brincadeira pode ser metodologicamente bem trabalhada, respeitando as origens culturais e sociais de cada grupo, despertar a imaginação e o interesse por novas formas de conhecimento e interação social.

Para Santos (2018) as crianças assumem diferentes papéis quando brincam, isso ocorre de forma prazerosa e divertida criando um espaço rico para novas aprendizagens.

A ludicidade na educação infantil contribui de forma significativa no processo de ensino-aprendizagem, uma vez que, os jogos e as brincadeiras proporcionam engajamento e motivação na sala de aula, pois estimula uma aprendizagem de forma menos rígida e mais prazerosa, facilitando assim um melhor desenvolvimento aos educandos.

4 Metodologia

4.1 Quanto à abordagem: pesquisa qualitativa

Podemos afirmar que a abordagem qualitativa faz-se necessária tendo em vista o resultado dos dados obtidos a partir da aplicação do jogo de tabuleiro em um determinado grupo de crianças da educação infantil como uma prática interdisciplinar para o desenvolvimento da aprendizagem da criança nessa faixa etária.

A metodologia de pesquisa qualitativa traz como elemento principal a análise do porque os fenômenos acontecem e não se fixa nos dados quantitativos, sendo estes, de menor relevância para o objetivo geral e específico que o projeto pretende realizar.

4.2 Quanto à natureza: pesquisa aplicada.

Considera-se relevante para esse projeto a pesquisa aplicada como método de avaliar os impactos e resultados no público-alvo, demonstrando a possibilidade de utilizar jogos (o fazer lúdico) no processo de ensino e aprendizagem da educação infantil, podendo confirmar hipóteses previamente definidas para temas de real significância para essa etapa da educação.

4.3 Quanto aos objetivos: pesquisa descritiva.

Nesse projeto a pesquisa descritiva tem uma abordagem inicial para levantamento de dados que podem ser elencados a partir da construção do projeto fornecendo elementos necessários para o desenvolvimento do projeto sem ter a priori a preocupação em aprofundar a sua análise.

4.4 Quanto aos procedimentos: pesquisa bibliográfica

As referências bibliográficas para esse projeto são fundamentais para que os pesquisadores possam ter acesso às teorias conceituais que embasam a formulação de problemas, hipóteses e conclusões que irão evidenciar todo o desenvolvimento do projeto e sua possível aplicação. O exame minucioso de referências que irão co-tejar os dados obtidos desde a construção e elaboração metodológica do jogo e do público-alvo que se pretende atingir.

5 Percurso Metodológico

O presente projeto está organizado em 3 (três) etapas:

- » **Etapa 1 – Fundamentação teórica:** apresentada na seção anterior.

- » **Etapa 2 – Elaboração do jogo:** esta etapa será descrita em detalhes na próxima seção.
- » **Etapa 3 – Apresentação do jogo:** na última etapa compartilharemos o jogo elaborado, também, na próxima seção.

6 Resultados

A presente seção traz como resultados a proposta de um jogo de tabuleiro para trabalhar a questão de gênero na educação infantil.

Uma ideia de jogo interessante sobre o tema da relação de gênero na educação infantil é a criação de um jogo de tabuleiro interativo que aborda de forma lúdica e educativa a importância da igualdade de gênero desde a infância.

6.1 Tipo de jogo: Tabuleiro



Figura 6.1: Parte do Tabuleiro

Fonte: elaborado pelas autoras

Design do tabuleiro: o tabuleiro pode ser um caminho colorido com ilustrações que representam diferentes cenários (casa, escola, parque, etc.). Algumas casas podem conter imagens de personagens enfrentando desafios relacionados a estereótipos de gênero.

O tabuleiro do jogo poderia ser dividido em diferentes cenários, cada um representando uma situação comum na educação infantil, como brincadeiras no parquinho, atividades em sala de aula, esportes e jogos, entre outros. Cada

cenário teria uma série de desafios e perguntas relacionadas à igualdade de gênero.



Figura 6.2: Tabuleiro com percurso completo

Fonte: elaborado pelas autoras

Público-alvo: alunos da Educação Infantil.

Objetivo do jogo: o objetivo do jogo é percorrer o tabuleiro e ajudar os personagens a superar os desafios relacionados a estereótipos de gênero. Os jogadores também devem coletar pontos ao longo do caminho, representando a conscientização sobre igualdade de gênero e quebra de normas.

Materiais necessários:

- » **Tabuleiro:** um tabuleiro com casas numeradas e ilustrações dos desafios.
- » **Cartas de Desafio:** crie cartas que apresentem situações desafiadoras relacionadas a estereótipos de gênero. As cartas podem conter perguntas, dilemas ou mini atividades.
- » **Peões:** peças que representam os jogadores.
- » **Dado:** para determinar o movimento dos jogadores.

Regras do jogo:

- » Cada jogador escolhe um peão e coloca-o na casa de partida.
- » Os jogadores lançam o dado em rodadas alternadas e avançam o número de casas indicado.

- » Quando um jogador para em uma casa de desafio, o jogador deve pegar uma carta de desafio e ler em voz alta.
- » O jogador então responde à pergunta, discute a situação apresentada ou realiza a mini atividade descrita na carta.
- » Após concluir o desafio, o jogador ganha pontos de conscientização.
- » O jogador continua seu movimento no próximo turno.
- » O primeiro jogador a alcançar a última casa do tabuleiro é o vencedor.

Exemplos de cartas de desafio:

“Você viu um amigo sendo zombado por gostar de dançar. Como você reage?”

“Imagine que você quer brincar de cozinhar, mas alguém diz que isso é coisa de menina. O que você faria?”

“Uma amiga quer brincar de carrinhos, mas alguém diz que isso é coisa de menino. O que você faria?”

“Explique uma atividade que todos podem fazer, independentemente do gênero.”

“Um amigo quer brincar de boneca, mas alguém diz que isso é coisa de menina. O que você diria para apoiá-lo?”

“Você vê um menino usando um vestido e outras crianças rindo. Como você reagiria?”

“Imagine que você adora futebol, mas ouve alguém dizer que futebol é só para meninos. O que você responderia?”

“Conte uma história sobre um homem que é enfermeiro e cuida dos pacientes com muito carinho.”

“Você ouve alguém dizer que meninas não podem ser bombeiras. Como você explicaria que isso não é verdade?”

“Um amigo quer pintar as unhas, mas tem medo de ser ridicularizado. Como você o ajudaria?”

“Descreva uma atividade em que meninos e meninas possam trabalhar juntos de forma igual.”

“Um colega diz que os meninos são melhores em matemática. Como você responderia a isso?”

“Você encontra um livro de histórias com personagens de gênero neutro. Por que isso é importante?”

“Desenhe uma cena em que meninos e meninas brincam juntos de forma divertida.”

“Explique por que é importante não julgar os interesses das pessoas com base no gênero.”

“Conte uma história sobre uma mulher que é engenheira e constrói coisas incríveis.”

“Um amigo quer ser bailarino, mas tem medo de ser alvo de piadas. O que você faria?”

“Descreva uma situação em que alguém quebrou um estereótipo de gênero e inspirou outras pessoas.”

“Você vê um menino chorando e alguém diz que isso é coisa de menina. O que você diria?”

“Desenhe um cartaz que promova a igualdade de gênero e respeito pelas escolhas individuais.”

“Imagine que um garoto quer ser cabeleireiro. Como você o apoiaria diante de possíveis críticas?”

“Descreva como as pessoas podem desafiar as normas de gênero na vida cotidiana.”

“Você ouve alguém dizer que apenas as meninas devem ajudar nas tarefas domésticas. Como você responderia?”

“Conte uma história sobre um pai que cozinha refeições deliciosas para a família.”

“Desenhe uma cena em que meninos e meninas estão brincando com brinquedos diversos.”

“Imagine que você gosta de dançar ballet, mas alguns amigos acham que isso não é coisa de menino. O que você faria?”



“Descreva como as roupas podem ser escolhidas com base no gosto pessoal, não no gênero.”

“Conte uma história sobre um homem que é dono de um salão de beleza e cuida dos cabelos de todos.”

“Você encontra um livro que mostra homens e mulheres em diferentes profissões. Por que isso é legal?”

“Desenhe um cenário em que um grupo de amigos trabalhe em equipe, cada um contribuindo com suas habilidades únicas.”

“Imagine que você gosta de ciências, mas alguém diz que essa é uma área mais adequada para meninos. O que você responderia?”

“Descreva como as palavras e brincadeiras podem afetar as escolhas das pessoas e como podemos ser mais respeitosos.”

“Conte uma história sobre uma mulher que pratica esportes e compete em campeonatos.”

“Você ouve alguém dizer que os meninos não devem chorar. O que você explicaria sobre expressar emoções?”

6.1.1 Sugestões de jogabilidade

Os jogadores poderiam ser divididos em equipes, representando meninos e meninas, e ao longo do jogo, eles teriam que responder perguntas sobre as diferenças e as semelhanças entre os gêneros, assim como a importância de respeitar as escolhas e interesses de cada um, e como combater estereótipos de gênero.

Além disso, o jogo poderia incluir cartas de ação, como *“Avance 2 casas se você já brincou de boneca”*, ou *“Volte 1 casa se você já disse que meninos não podem chorar”*. Essas cartas incentivam a reflexão sobre atitudes e comportamentos que podem reforçar estereótipos de gênero.

Ao final do jogo, as equipes poderiam discutir as respostas dadas e as ações tomadas durante o jogo, promovendo uma reflexão coletiva sobre a importância da igualdade de gênero na educação infantil. Poderiam, também, ser

propostas atividades complementares, como debates em sala de aula ou criação de cartazes sobre o tema.

O objetivo principal do jogo seria sensibilizar as crianças desde cedo para a importância de uma educação igualitária, que respeite as diferenças e promova a igualdade de oportunidades entre meninos e meninas. Dessa forma, espera-se contribuir para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária.

Esperamos como possíveis resultados de nosso projeto:

- » **Conscientização e sensibilização:** espera-se que o projeto aumente a conscientização das crianças, pais, educadores e outros envolvidos sobre questões de gênero e a importância de promover a igualdade de gênero desde a infância.
- » **Desconstrução de estereótipos de gênero:** o jogo de tabuleiro pode ajudar a desafiar estereótipos de gênero tradicionais, promovendo a ideia de que meninas e meninos podem ter os mesmos interesses e habilidades em diferentes áreas.
- » **Empoderamento das crianças:** o projeto pode capacitar as crianças a expressar seus sentimentos, interesses e identidades de gênero, de forma aberta e positiva, promovendo a autoestima e a autoaceitação.
- » **Melhor compreensão das questões de gênero:** espera-se que o jogo de tabuleiro ajude as crianças a compreender conceitos relacionados ao gênero, como identidade de gênero, expressão de gênero e orientação sexual, de maneira adequada à sua idade.
- » **Promoção do respeito mútuo:** o projeto pode incentivar as crianças a respeitar as diferenças de gênero e a tratar os outros com respeito, independentemente de seu gênero ou identidade de gênero.

- » **Envolvimento dos pais e educadores:** espera-se que o projeto envolva pais e educadores na discussão sobre gênero na educação infantil, capacitando-os a apoiar as crianças em suas jornadas de autodescoberta e desenvolvimento de identidade de gênero.
- » **Avaliação da eficácia:** pode-se medir a eficácia do projeto por meio de pesquisas, questionários ou observações para verificar se houve uma mudança na compreensão e atitudes das crianças, pais e educadores em relação às questões de gênero.
- » **Documentação e compartilhamento de melhores práticas:** se o projeto for bem-sucedido, será possível documentar as melhores práticas e compartilhá-las com outras escolas e educadores interessados em abordar questões de gênero na educação infantil.

O potencial de impacto dos resultados do projeto sobre a relação de gênero na educação infantil, utilizando um jogo de tabuleiro, **pode ser significativo em várias dimensões:**

- » **Técnico-Científico:** se o projeto for conduzido com rigor científico, este pode contribuir para o avanço do conhecimento na área da educação, psicologia infantil, e estudos de gênero. Os resultados podem ser publicados em revistas acadêmicas, conferências, ou outros fóruns científicos, aumentando o corpo de literatura disponível sobre o tema e potencialmente influenciando pesquisas futuras.
- » **Inovação:** a criação de um jogo de tabuleiro voltado para a educação infantil que aborda questões de gênero é uma abordagem inovadora. Se o jogo for bem desenhado, poderá servir como um modelo para outros educadores e designers de jogos, estimulando a criação de recursos

educacionais similares que promovam a igualdade de gênero.

- » **Difusão:** seu projeto pode ter um impacto significativo na difusão de informações sobre a importância da educação de gênero na infância. Ao compartilhar os resultados do projeto por meio de *workshops*, palestras, redes sociais e outros canais de comunicação, você pode alcançar um público amplo, incluindo educadores, pais e cuidadores, e sensibilizá-los para essa questão crucial.
- » **Socioeconômico:** promover uma educação mais igualitária de gênero na infância pode ter impactos socioeconômicos importantes. Uma educação que combata estereótipos de gênero e promova a diversidade pode preparar as crianças para um futuro mais inclusivo, aumentando suas oportunidades e reduzindo desigualdades.
- » **Ambiental:** embora não esteja diretamente relacionado ao tema de gênero, é importante considerar o impacto ambiental do seu projeto. Ao criar materiais educacionais, como jogos de tabuleiro, é fundamental pensar em práticas sustentáveis de produção, uso de materiais *eco-friendly* e formas de minimizar o desperdício.

7 Considerações Finais

Nesse projeto de atividade interdisciplinar foi possível reconhecer a importância dos jogos e brincadeiras no desenvolvimento cognitivo da criança, bem como na importância do estímulo às interações sociais, e como o lúdico pode fazer parte do cotidiano escolar para temas geradores na educação infantil. As questões de gênero, tema tão presente na atualidade, devem ser iniciadas desde a primeira etapa da educação, uma vez que se constitui por meio das relações sociais.

Ao considerarmos a educação infantil o primeiro espaço educacional que pode, tanto acomodar, como desafiar, os conceitos tidos como verdade sobre o gênero e suas relações como práticas corporais para meninos e meninas, o desenvolvimento de brincadeiras como o jogo de tabuleiro que esse projeto traz, pode e deve contribuir para novos processos de ensino e práticas pedagógicas que auxiliem os docentes nas aulas e no convívio entre os alunos nessa etapa da educação.

A construção do jogo e sua aplicação, ainda em construção por esse grupo, tem como pressuposto fomentar outros estudos e análises que possam ir ao encontro de novas práticas pedagógicas com o objetivo de construir processos interdisciplinares para o ensino e aprendizagem. O tema de gênero suscita outros temas, como por exemplo a violência de gênero, as relações de poder, as interações sociais, o respeito à diversidade, a qualidade de vida, saúde e corpo humano, dentre outros. Também foi possível concluir que o tema de gênero favorece a discussão sobre igualdade, respeito, tolerância, e, promove uma educação mais inclusiva, de modo que essas questões socioeconômicas também poderiam ser trabalhadas no ambiente educacional por meio do debate utilizando-se recursos lúdicos como este jogo de tabuleiro.



Referências

- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v.: il.
- FERREIRA, Manuela. **O Trabalho de Fronteira nas relações entre gêneros em espaços de “brincar ao faz-de-conta”**. ex aequo, Lisboa, n. 7, p. 113-128, 2002.
- FREITAG, Maria Eva Climaco Varela. **O brincar na educação infantil**. Trabalho de conclusão de curso em Especialização Educação Infantil. Florianópolis-SC, p.5-19, 2012.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- PINTO, Manuel. A Infância como construção social. In: PINTO, M.; SARMENTO, M. J. (coord.). **As crianças: Contextos e Identidades**. Braga: Centro de Estudos da Criança, Universidade do Minho, 1997.
- PROUT, Alan. **Reconsiderar a nova sociologia da infância**. Braga: Universidade do Minho; Instituto de Estudos da Criança, 2004.
- SANTOS, Maria de Fátima Macedo. **Jogos e Brincadeiras na Educação Infantil**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Curso de Pedagogia a Distância do Centro de Educação, Rio Grande do Norte, Currais Novos - RN, p.6-20, 2016
- SILVA, José Isavan Oliveira. **Percepções docentes sobre sexualidade nos anos iniciais do ensino fundamental**. Monografia apresentada ao Programa de Pós Graduação Lato Sensu em Educação e Diversidade apresentada a Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso Campus de Juara. 2012.

A IMPORTÂNCIA DA ENGENHARIA NO SANEAMENTO BÁSICO

Andressa Luiza Correia Macedo
dressa.lu_anthony@hotmail.com

Gilson Souza Cerqueira
gil-abner@hotmail.com

Luís Gustavo Santos de Aquino
luisguta23@gmail.com

Vinícius Carvalho da Conceição
carvalhodaconceicaoov@gmail.com

Alunos do curso de Engenharia Civil

Orientador(a):
Daniel Elias Chaves Júnior
daniel.elias.chaves1990@gmail.com

Faculdade Inava Mais de São Paulo
(FIMSP)

Resumo:

O saneamento básico desempenha um papel crucial na promoção da saúde pública, no desenvolvimento socioeconômico e na preservação do meio ambiente. Este artigo científico discute a importância da engenharia no contexto do saneamento básico, destacando seus impactos na qualidade de vida das populações, na economia e no ambiente. Por meio de análises técnicas e socioeconômicas, evidencia-se como a engenharia desempenha um papel central na concepção, implementação e manutenção de sistemas de saneamento que atendam às necessidades de comunidades em todo o mundo. A engenharia no saneamento básico envolve a concepção, planejamento, projeto, construção, operação e manutenção de infraestruturas e sistemas que garantam o acesso à água limpa e segura para consumo humano. Os engenheiros são responsáveis por desenvolver sistemas de captação, tratamento e distribuição de água, bem como por projetar redes de coleta e tratamento de esgoto sanitário, garantindo que os resíduos sejam tratados adequadamente antes de retornarem ao meio ambiente.

Palavras-Chave: Engenharia; Saneamento; Preservação.



Abstract:

Basic sanitation plays a crucial role in promoting of public health, socioeconomic development and preserving the environment. This scientific article discusses the importance of engineering in the context of basic sanitation, highlighting its impacts on the quality of life of populations, the economy and the environment. Through technical and socioeconomic analyses, it is clear how engineering plays a central role in the design, implementation and maintenance of sanitation systems that meet the needs of communities around the world. Engineering in basic sanitation involves the conception, planning, design, construction, operation and maintenance of infrastructures and systems that guarantee access to clean and safe water for human consumption. Engineers are responsible for developing water capture, treatment and distribution systems, as well as designing sanitary sewage collection and treatment networks, ensuring that waste is treated appropriately before returning to the environment.

Keywords: *Engineering; Sanitation; Preservation.*

1 Introdução

O saneamento básico é um componente essencial para a saúde e o bem-estar das sociedades. Envolve o acesso a água potável, o tratamento adequado de esgotos, a coleta eficiente de resíduos sólidos e a gestão responsável de recursos hídricos. A engenharia desempenha um papel fundamental na concepção e execução de infraestruturas e tecnologias que tornam possível a oferta desses serviços de maneira eficaz e sustentável. Este artigo explora a contribuição da engenharia no saneamento básico e seus impactos positivos em diversos aspectos da sociedade.

A compreensão abrangente da importância da engenharia no saneamento básico requer uma análise profunda de seus aspectos técnicos, sociais, econômicos e ambientais. Este artigo científico busca explorar essa interligação crítica, destacando como a engenharia desempenha um papel multifacetado e insubstituível na promoção do saneamento básico em escala global. Para tanto, serão abordados aspectos que vão desde a engenharia de sistemas de água e esgoto até o planejamento de políticas públicas e o impacto econômico e ambiental das intervenções de engenharia no saneamento básico. Por meio dessa análise abrangente, este artigo busca fornecer uma visão holística da contribuição da engenharia para a melhoria das condições de vida das comunidades e para o avanço em direção a um futuro mais saudável e sustentável.

No âmbito econômico, investir em infraestrutura de saneamento básico é altamente benéfico a longo prazo. A redução das doenças relacionadas à falta de saneamento resulta em menores gastos com saúde pública, aumento da produtividade da mão de obra e valorização das propriedades. Além disso, a geração de empregos na construção e operação de sistemas de saneamento contribui para o crescimento econômico.

A engenharia no saneamento básico também tem implicações ambientais significativas. A gestão adequada dos recursos hídricos e a

minimização da poluição das águas são essenciais para a preservação dos ecossistemas aquáticos e da biodiversidade. Além disso, a redução da poluição do solo e da água por meio do tratamento de resíduos sólidos contribui para a mitigação das mudanças climáticas.

O saneamento básico, compreendendo o fornecimento de água potável, o tratamento adequado de esgoto e a gestão eficiente de resíduos sólidos e representa um dos pilares fundamentais para garantir a saúde pública, preservar os ecossistemas e promover o desenvolvimento sustentável das sociedades modernas. Nesse contexto, a engenharia emerge como uma peça-chave para enfrentar os desafios complexos associados à criação e manutenção de infraestruturas eficazes de saneamento. Por meio de sua expertise técnica e capacidade de inovação, os engenheiros desempenham um papel crucial no planejamento, no projeto, na implementação e na supervisão de sistemas integrados que visam assegurar o acesso equitativo a serviços de água limpa e saneamento seguro.

Ao se aprofundar na compreensão dos desafios crescentes relacionados à escassez de recursos hídricos, à degradação ambiental e às ameaças à saúde pública, este estudo investiga o papel multifacetado da engenharia no saneamento básico, analisando suas contribuições para a promoção da saúde, a proteção ambiental e o bem-estar social em comunidades ao redor do mundo.

2 Saneamento Básico no Brasil

O saneamento básico no Brasil é um desafio de grande escala que afeta significativamente a qualidade de vida de milhões de pessoas em todo o país. Apesar dos avanços recentes, o acesso a serviços essenciais de água potável, tratamento de esgoto e gestão adequada de resíduos sólidos ainda é uma realidade distante para muitas comunidades, especialmente aquelas em áreas rurais e regiões de baixa renda (Duarte, 2015).

No que diz respeito ao abastecimento de água, embora tenha havido melhorias substanciais nas últimas décadas, uma parcela considerável da população brasileira ainda carece de acesso regular a água potável. Questões como a contaminação da água, vazamentos e infraestrutura inadequada continuam a ser desafios prementes, exigindo investimentos significativos em modernização e expansão das redes de distribuição (Ferreira, 2022).

Em relação ao tratamento de esgoto, a situação é igualmente preocupante. Estima-se que apenas uma fração do esgoto gerado no Brasil seja devidamente tratada, o que resulta em poluição significativa de rios, lagos e aquíferos subterrâneos. A falta de sistemas de coleta e tratamento de esgoto contribui para a propagação de doenças infecciosas e compromete a qualidade da água, afetando negativamente a saúde pública e o meio ambiente (Gunther, 2020).

Além disso, a gestão de resíduos sólidos enfrenta desafios consideráveis, com problemas como a falta de coleta regular, disposição inadequada de resíduos e ausência de políticas eficazes de reciclagem e reutilização. A disposição de resíduos em lixões a céu aberto ainda é uma realidade para muitas comunidades, o que gera impactos ambientais significativos e riscos à saúde pública (Magalhães, 2017).

Apesar dos desafios, esforços estão sendo feitos no sentido de aprimorar o saneamento básico no Brasil. Investimentos em infraestrutura, políticas públicas mais eficazes e iniciativas de conscientização pública estão gradualmente contribuindo para a melhoria da situação. Programas de parceria público-privada (PPP) e ações de incentivo à inovação tecnológica têm sido implementados para impulsionar o desenvolvimento de soluções sustentáveis e acessíveis para os problemas de saneamento básico (Duarte, 2015).

No entanto, a superação dos desafios do saneamento básico no Brasil exige um compromisso contínuo e coordenado entre os setores

público e privado, além do envolvimento ativo da sociedade civil. A implementação de políticas integradas, o investimento em infraestrutura resiliente e sustentável e a educação da população sobre práticas de higiene e gestão de resíduos são essenciais para garantir um futuro mais saudável e sustentável para as comunidades em todo o país (Mierzwa, 2014).

3 As Políticas Públicas e o Saneamento Básico no Brasil

As políticas públicas de saneamento básico no Brasil têm passado por uma série de mudanças e reformulações ao longo das últimas décadas, visando enfrentar os desafios persistentes e promover melhorias significativas na infraestrutura e nos serviços de saneamento (Ferreira, 2022).

Uma política pública integrada ao governo federal é o Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB). Lançado em 2013, o PLANSAB representa um marco no planejamento e na gestão do saneamento básico no Brasil. O plano estabelece metas e diretrizes para a universalização do acesso a serviços de água potável e coleta e tratamento de esgoto, bem como para a gestão adequada de resíduos sólidos em todo o país.

O PLANSAB representa uma das iniciativas mais significativas do governo brasileiro para promover a universalização do acesso a serviços de saneamento básico em todo o país. O PLANSAB estabeleceu diretrizes e metas ambiciosas para ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, e gestão de resíduos sólidos.

Uma das principais metas do PLANSAB é garantir o acesso a água potável para toda a população brasileira, assim como o tratamento adequado de esgoto em áreas urbanas e rurais. O plano também tem como objetivo promover a gestão sustentável dos resíduos sólidos, com foco

na redução, reutilização e reciclagem de materiais, além da disposição adequada dos resíduos.

Para alcançar essas metas, o PLANSAB enfatiza a necessidade de coordenação entre os diferentes níveis de governo, assim como a participação da sociedade civil e do setor privado. O plano incentiva a implementação de políticas integradas e a utilização de tecnologias inovadoras para otimizar os investimentos em infraestrutura de saneamento básico, promovendo o uso sustentável dos recursos hídricos e a preservação do meio ambiente (Pereira, 2019).

Além disso, o PLANSAB destaca a importância da educação e conscientização da população em relação às práticas de higiene e ao uso racional da água, visando promover mudanças comportamentais que contribuam para a preservação dos recursos naturais e para a melhoria da qualidade de vida das comunidades (Melo, 2018).

Apesar dos avanços proporcionados pelo PLANSAB, desafios significativos persistem, incluindo a necessidade de investimentos contínuos, fortalecimento das capacidades técnicas e aprimoramento da regulação no setor de saneamento básico. A implementação eficaz do plano requer um compromisso sólido e contínuo por parte do governo e da sociedade, a fim de garantir um futuro mais saudável, sustentável e próspero para todos os cidadãos brasileiros.

4 Lei do Saneamento Básico – Lei nº 11.445/2007

A Lei do Saneamento Básico, Lei nº. 11.445/2007, representa um marco regulatório no Brasil ao estabelecer as diretrizes nacionais para o saneamento básico. Promulgada em 5 de janeiro de 2007, essa legislação tem como principal objetivo definir as diretrizes gerais para o setor, visando garantir o acesso universal aos serviços de saneamento básico, incluindo abastecimento de água, esgotamento sanitário,

limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas (Ferreira, 2022).

Dentre os pontos fundamentais abordados pela Lei, destaca-se a definição clara das responsabilidades dos diferentes entes federativos (União, estados, municípios e Distrito Federal) na prestação dos serviços de saneamento. Além disso, a legislação estabelece a obrigatoriedade da elaboração de planos de saneamento básico por parte dos municípios, com o objetivo de promover a organização e o planejamento adequado dos serviços (Figueiredo, 2009).

A Lei nº 11.445/2007 também prevê a necessidade de regulação dos serviços de saneamento básico, com o intuito de assegurar a qualidade, a eficiência e a sustentabilidade dos serviços prestados. Isso inclui a definição de padrões de qualidade, a regulação tarifária, a fiscalização e o controle social, visando garantir a transparência e a participação da sociedade na gestão do saneamento básico.

Essa lei também propõe uma estratégia abrangente e integrada para aprimorar o setor de saneamento básico no Brasil e visa promover a universalização do acesso a serviços essenciais de água potável, coleta e tratamento de esgoto, gestão adequada de resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais urbanas, garantindo assim a saúde pública, a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Além disso, a legislação estabelece diretrizes para a realização de parcerias público-privadas (PPPs) e contratos de concessão, com o intuito de fomentar investimentos privados no setor e promover a ampliação e a melhoria dos serviços de saneamento básico em todo o país.

Assim, a Lei do Saneamento Básico desempenha um papel fundamental na definição de diretrizes e no estabelecimento de um marco legal para o setor de saneamento no Brasil, contribuindo para a promoção da universalização do acesso aos serviços de água e esgoto, a

preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável das comunidades.

5 Resultados e Discussão

A importância da engenharia no saneamento básico é um tema amplamente discutido e reconhecido em diversos fóruns acadêmicos, governamentais e da sociedade civil. A discussão se concentra nos papéis cruciais desempenhados pelos engenheiros no planejamento, no projeto, na implementação e na manutenção de sistemas eficazes de abastecimento de água, tratamento de esgoto, gestão de resíduos sólidos e controle de vetores de doenças.

Ao longo das discussões, ressalta-se a importância técnica dos engenheiros, que permite a criação e implementação de soluções inovadoras e eficientes para enfrentar desafios complexos no campo do saneamento. Além disso, destaca-se a importância do conhecimento em ciências ambientais e de saúde pública, que capacita os engenheiros a desenvolverem abordagens holísticas para a melhoria da qualidade de vida das comunidades.

Entre os principais resultados discutidos, destacam-se os avanços significativos alcançados em muitas regiões, graças aos esforços e à liderança dos engenheiros no desenvolvimento e implementação de infraestruturas de saneamento básico. Observa-se uma maior conscientização sobre a importância do planejamento integrado e da gestão sustentável dos recursos hídricos, bem como uma ênfase crescente na aplicação de tecnologias inovadoras e ecoeficientes para aprimorar a eficiência dos sistemas de saneamento.

Além disso, a discussão enfatiza a necessidade contínua de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, além de capacitação profissional e educação da comunidade, a fim de fortalecer ainda mais o papel dos engenheiros no avanço do saneamento básico. Ao reconhecer

a interdependência entre infraestrutura, meio ambiente e saúde pública, os participantes da discussão enfatizam a importância da colaboração entre os setores público e privado, bem como o engajamento ativo das comunidades locais na promoção de soluções sustentáveis e inclusivas para os desafios do saneamento básico.

Como resultado, as discussões têm gerado um consenso crescente sobre a necessidade de aprimorar as políticas e os programas de saneamento, integrando abordagens inovadoras e multidisciplinares que promovam o desenvolvimento sustentável e a resiliência das comunidades em relação aos desafios emergentes no campo do saneamento básico.

O saneamento básico é uma questão fundamental que afeta diretamente a saúde pública, a qualidade de vida e a sustentabilidade ambiental em comunidades ao redor do mundo. A discussão sobre saneamento básico abrange uma série de tópicos críticos, que vão desde o acesso à água potável até o tratamento adequado de esgoto e a gestão eficaz de resíduos sólidos. Neste contexto, vários aspectos são frequentemente abordados.

Uma das principais áreas de discussão no saneamento básico é a necessidade de melhorar o acesso a serviços essenciais de água potável e saneamento, especialmente em regiões rurais e em comunidades de baixa renda. A escassez de recursos hídricos em muitas regiões do mundo tem impactado severamente a capacidade das comunidades de garantir acesso regular a água potável, resultando em sérios riscos à saúde e à qualidade de vida.

Além disso, a discussão sobre saneamento básico destaca a importância do tratamento adequado de esgoto para prevenir a contaminação de corpos d'água e proteger os ecossistemas aquáticos. A falta de infraestrutura adequada de tratamento de esgoto contribui significativamente para a propagação de doenças infecciosas e representa uma ameaça crescente à saúde pública e ao meio ambiente.

A gestão eficaz de resíduos sólidos também é um tópico central nas discussões sobre saneamento básico. A disposição inadequada de resíduos sólidos em muitas regiões resulta em poluição do solo e da água, além de representar riscos à saúde pública e à biodiversidade.

Outro ponto relevante na discussão sobre saneamento básico é a necessidade de promover práticas de higiene e educação sanitária nas comunidades. A conscientização sobre a importância de medidas simples, como lavagem das mãos, manejo adequado de resíduos e preservação dos recursos hídricos, é crucial para prevenir doenças e promover ambientes saudáveis e sustentáveis.

A promoção de práticas de higiene e o investimento em educação sanitária também são componentes essenciais do saneamento básico, pois contribuem para a prevenção de doenças, a promoção de comportamentos saudáveis e a criação de comunidades mais conscientes e responsáveis.

Neste contexto, destaca-se que a importância do saneamento básico não pode ser subestimada, pois desempenha um papel fundamental na proteção da saúde pública, na preservação do meio ambiente e no desenvolvimento sustentável das comunidades. Investir em sistemas de saneamento básico robustos e abrangentes é crucial para garantir um futuro mais saudável e próspero para as gerações presentes e futuras.

6 Considerações Finais

A importância da engenharia no contexto do saneamento básico é inegável e crucial para o bem-estar das comunidades e a preservação do meio ambiente. Os avanços tecnológicos e a expertise técnica dos engenheiros desempenham um papel fundamental na concepção, implementação e manutenção de sistemas eficientes de abastecimento de água, tratamento de esgoto e gestão de resíduos sólidos.

A atuação dos engenheiros no campo do saneamento básico é multifacetada, abrangendo desde a inovação em tecnologias de tratamento de água e esgoto até a concepção de infraestruturas resilientes que garantam o acesso universal a serviços essenciais. Além disso, sua contribuição na promoção de práticas sustentáveis de gestão de recursos hídricos e na educação da comunidade sobre questões de higiene e preservação ambiental é fundamental para a promoção de comunidades saudáveis e sustentáveis.

A colaboração contínua entre os profissionais de engenharia, os setores público e privado e a sociedade civil é essencial para impulsionar a inovação e promover soluções integradas e acessíveis no campo do saneamento básico. O compromisso dos engenheiros em enfrentar os desafios complexos relacionados ao saneamento básico é fundamental para garantir um futuro mais saudável, seguro e sustentável para as gerações presentes e futuras.

A engenharia com base em suas ações no saneamento básico, representa não apenas uma busca pela excelência técnica, mas também um compromisso moral e ético com a melhoria da qualidade de vida e a preservação do meio ambiente. Seu papel vital deve ser reconhecido e apoiado como um pilar essencial para o desenvolvimento humano e a sustentabilidade global.

Com um compromisso incessante com a qualidade e a excelência, a engenharia no saneamento básico representa não apenas um conjunto de habilidades técnicas, mas também um compromisso ético e social com o progresso das sociedades. Ao encarar desafios complexos e promover soluções sustentáveis, os engenheiros moldam um futuro mais saudável e próspero para as gerações presentes e futuras, iluminando assim o caminho para comunidades mais resilientes e para um planeta mais sustentável.

Referências

- BRASIL. **Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.** Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2007.
- DUARTE, F. M., & de Faria, J. R. **Saneamento Básico e Saúde Pública: Avaliação de Impacto em Duque de Caxias, Rio de Janeiro.** Engenharia Sanitária e Ambiental, 20(1), 41-50, 2015.
- FERREIRA, L. M.; ALMEIDA, C. A.; GOMES, R. S. **A gestão de resíduos sólidos e a sustentabilidade ambiental no contexto brasileiro.** Revista de Engenharia Ambiental, v. 18, n. 3, p. 20-35, 2022.
- FIGUEIREDO, R. **Saneamento Básico: Importância e Desafios para o Brasil.** Curitiba: Appris, 2009.
- GUNTHER, W. M. R. **Manual de Saneamento e Proteção Ambiental para os Municípios.** São Paulo: Signus Editora, 2020.
- MAGALHÃES, S. C. M. **Saneamento Básico: Engenharia de Sistemas de Saneamento.** São Paulo: Pearson, 2017.
- MINISTÉRIO do Desenvolvimento Regional (MDR). **Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab): Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos - 2019.** Brasília, DF, 2019.
- MELO, J. F., Tucci, C. E. M., & Lima, W. P. **Impactos do Saneamento Básico na Saúde Pública no Brasil: Uma Análise Espacial.** Engenharia Sanitária e Ambiental, 23(2), 383-394, 2018.
- MIERZWA, J. C., & Santos, R. F. **Engenharia Sanitária e do Meio Ambiente: Água, Esgoto e Resíduos Sólidos.** São Paulo: Blucher, 2014.
- PEREIRA, F. A.; MACHADO, R. S.; COSTA, M. A. **Impactos socioeconômicos da falta de saneamento básico em comunidades rurais brasileiras.** Revista de Estudos Sociais, v. 25, n. 2, p. 15-30, 2019.
- SATO, M. I. Z., & Amaral, L. A. (2013). **Saneamento, Saúde e Ambiente: Fundamentos para um Desenvolvimento Sustentável.** Barueri: Manole, 2013.
- SOUZA, M. S.; SILVA, A. B.; SANTOS, J. F. **A importância do saneamento básico para a saúde pública no Brasil.** Revista Brasileira de Saúde Pública, v. 45, n. 2, p. 1-10, 2021.
- VON SPERLING, M. **Saneamento Básico no Brasil: Conquistas e Desafios.** Engenharia Sanitária e Ambiental, 21(1), 13-24, 2016.

LESÕES POSTURAIS EM CRIANÇAS RELACIONADAS AO USO DE DISPOSITIVOS MÓVEIS: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Andreia Cristina Calixto dos Reis
andreiacalixto33@gmail.com

Enzo Nascimento de Oliveira
enzooliveira1912@gmail.com

Nathan Pires de Almeida
napires07@gmail.com

João Vitor Rodrigues Cavalcante Gloria
joao46629@gmail.com

Alunos do curso de Fisioterapia

Orientador(a):
Ângela Maria Melo Sá Barros
angelsamelo@hotmail.com

Faculdade Educamais
(EDUCA+)

Resumo:

O uso abusivo de dispositivos móveis por crianças e adolescentes tem gerado preocupações no sentido da saúde pública, sobre possíveis fatores de risco especialmente associados a lesões posturais. O objetivo deste artigo é descrever os problemas de saúde associados ao uso excessivo de dispositivos móveis por crianças e adolescentes.

Trata-se de revisão bibliográfica a partir da busca na biblioteca virtual de saúde utilizando os descritores Lesões AND dispositivos móveis AND crianças AND adolescentes. Após aplicação de filtros, publicação nos últimos 10 (dez) anos, textos completos, em português e inglês e foram eleitos 8 (oito) estudos. Os estudos apontam como causa de lesões posturais serem principalmente decorrentes do uso de dispositivos móveis por crianças e adolescentes com consequências que impactam a saúde pública. Logo, conclui-se que é fundamental promover a consciência corporal entre as crianças e adolescentes através de orientações e avaliações posturais individualizadas para prevenir problemas posturais e suas complicações associadas.

Palavras-Chave: lesões; dispositivos móveis; crianças; adolescentes.



Abstract:

The abusive use of mobile devices by children and teenagers has raised concerns, in terms of public health, regarding possible risk factors especially associated with postural injuries. The objective of this article is to describe the health problems associated with the excessive use of mobile devices by children and adolescents.

This is a bibliographic review based on a search in the virtual health library using the descriptors Injuries AND mobile devices AND children AND adolescents. After applying filters and considering publications in the last ten (10) years, full texts, in Portuguese and English, eight (8) studies were selected. The studies indicate that the cause of postural injuries is mainly due to the use of mobile devices by children and teenagers, with consequences that impact public health. Therefore, it's concluded that it is essential to promote body awareness among children and teenagers through individualized postural guidance and assessments to prevent postural problems and their associated complications.

Keywords: *injuries; mobile devices; children; teenagers or adolescents.*

1 Introdução

O crescente uso da tecnologia na sociedade contemporânea traz inúmeros benefícios para o desenvolvimento da universalização da informação, pois vários âmbitos da sociedade são dependentes dessa ampla rede, incluindo as instituições de ensino que abrangem em sua maioria o público jovem (SCHWAICKARDT *et al.*, 2021).

Os *smartphones* são os dispositivos tecnológicos móveis que mais estão presentes na vida cotidiana das pessoas. Por reunir diversas funcionalidades e pelo fácil uso, tornou-se cada vez mais atrativo, acarretando maior dependência e tempo de uso do aparelho.

No cenário educacional, o uso de tecnologia se faz continuamente presente e existe um fenômeno com intuito de motivar cada vez mais os discentes e docentes a usarem os dispositivos tecnológicos, como auxílio no processo ensino-aprendizagem para leituras, pesquisas e vídeos aulas, além de uso constante para comunicação e utilização de aplicativos de redes sociais (RESENDE *et al.*, 2023).

No entanto, o uso frequente dos *smartphones* no ambiente educacional favorece uma postura inadequada aos seus usuários, que pode ter como consequência uma sobrecarga osteomio-articular, gerando desconforto nos segmentos de coluna cervical e membros superiores. Essas alterações posturais são influenciadas por diversos fatores como hereditariedade, ambiente externo e posicionamento inadequado e prolongado (LEE *et al.*, 2023).

A anteriorização da cabeça, flexão da coluna cervical e a postura inclinada são alguns posicionamentos adotados no momento do uso do aparelho celular que provocam uma sobrecarga na musculatura do pescoço. Tais posturas também causam alterações esqueléticas, podendo desenvolver perda da lordose cervical resultando em uma retificação ou inversão da curvatura fisiológica, provocando assim, sintomas de dores crônicas.

Mediante as alterações musculoesqueléticas provocadas pelo uso excessivo dos *smartphones*, tais hábitos posturais inadequados podem causar consequências e várias complicações como dor local intensa, cansaço excessivo, parestesia e redução da amplitude de movimento na região da coluna cervical e nos membros superiores. Além disso, o *smartphone* promove a execução repetitiva da contração dos membros superiores e a permanência por longos períodos em uma mesma posição, causando maior demanda nas estruturas musculares (BENINI *et al.*, 2022).

Diante do impacto na saúde dessa população, entende-se como necessária a promoção de práticas de avaliação postural visando identificar e minimizar as consequências negativas de um desequilíbrio postural no ambiente escolares.

É imprescindível a proteção e manutenção das estruturas corporais para uma postura eficaz. A postura eficaz é caracterizada por um gasto energético reduzido e uma demanda muscular reduzida. A coluna dispõe de suas curvaturas fisiológicas resultando em um alinhamento funcional para a biomecânica humana, como na estrutura da coluna cervical, onde a cabeça ereta diminui a sobrecarga estrutural, tornando a sustentabilidade ideal (LEE *et al.*, 2023).

Justifica-se esse estudo, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), como um alerta sobre a associação do uso constante de celular com o desconforto na região cervical e repercussão nas atividades diárias em estudantes. No Brasil a dor crônica atinge 35% (trinta e cinco por cento) das pessoas que buscam atendimento com queixa de dores. Diversos estudos correlacionam a dor cervical com posturas de cabeça e pescoço consideradas incorretas durante o uso do celular (FOREMAN *et al.*, 2021).

Os fatores externos aplicados nessas estruturas, como uma postura estática prolongada, influenciam no processo de deformidade corporal, sendo assim deve-se identificar as alterações que causam risco ao sistema musculoesquelético.

Diante da importância do tema e de conhecer estudos que abordem sobre comprometimentos posturais e disfunções musculoesqueléticas o (DEWI *et al.*, 2018). Nesse contexto problematiza-se: existe na literatura estudos que descrevem sobre problemas relacionados a saúde de crianças devido ao uso de dispositivos móveis? Nesse toma-se por objetivo: descrever os problemas de saúde associados ao uso excessivo de dispositivos móveis por crianças e adolescentes.

2 Metodologia

Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica, onde 8 (oito) artigos contemplaram os critérios de elegibilidade. Os descritores utilizados na busca são lesões AND dispositivos móveis AND crianças AND adolescentes.

A busca dos artigos foi realizada no mês de março de 2024. Para a inclusão das publicações foram determinados os seguintes critérios: presença das palavras chaves no título do trabalho ou inseridos no resumo; artigo disponível na íntegra, disponíveis nas referidas bases; produções com idioma em português; publicadas nos últimos 5 (cinco) anos e de acesso gratuito.

Para exclusão os critérios foram: estudos que tratassem de outros agravos, não condizentes com e aqueles em duplicidade nas bases de dados.

Por se tratar de um estudo de revisão da literatura, não se exige aprovação do Comitê de Ética com seres humanos.

3 Resultados e Discussão

Tabela 1: Relação de estudos sobre lesões posturais em crianças relacionadas ao uso de dispositivos móveis

Título	Ano	Tipo de Dispositivo	Principais Achados
Há relação entre uso do celular com dor cervical e incapacidade nas habilidades das atividades diárias em adultos jovens?	2022	Tablets e Smartphones	A dependência do celular apresentou, neste estudo, uma relação com dores na coluna cervical e incapacidade nas habilidades das atividades diárias.
<i>Association between digital smart device use and myopia: a systematic review and meta-analysis</i>	2022	Smartphones	A dependência do celular apresentou, neste estudo, uma relação com dores na coluna cervical e incapacidade nas habilidades das atividades diárias.
Associação entre uso de dispositivos digitais inteligentes e miopia: uma revisão sistemática e meta-análise	2021	Diversos	O uso excessivo de dispositivos digitais inteligentes, incluindo <i>smartphones</i> e <i>tablets</i> , pode ser um fator de risco para miopia.
<i>The Impact of Smartphone and Social Media Use on Adolescent Sleep Quality and Mental Health during the COVID-19 Pandemic.</i>	2023	Diversos	Uso excessivo correlacionado com maiores níveis de ansiedade e depressão.
<i>Prevalence of postural changes in school children and adolescents.</i>	2023	Smartphones e Tablets	Alterações posturais entre os escolares avaliados. Sendo que, os segmentos corporais mais comprometidos são, a cabeça, a coluna vertebral, os quadris, o tronco e o abdômen

Título	Ano	Tipo de Dispositivo	Principais Achados
Uso excessivo de tecnologia e saúde pública	2021	Diversos	Aumento da ansiedade, vícios, problemas posturais e musculoesqueléticos, diminuição da qualidade do sono, uma série de novas fobias por não estar conectado.

Fonte: Organizado pelos pesquisadores.

A moderna tecnologia de computação gráfica possibilita que os conteúdos de jogos sejam exibidos com alto grau de realismo, o que os tornam fascinantes e estimulam apego ao mundo tecnológico. Tal apego desencadeou em constante afastamento da vida real no dia-a-dia. Através

da utilização das tecnologias pode-se criar um mundo virtual individual, no qual crianças e adolescentes podem fugir da realidade da vida, ocorrendo um distanciamento dos afetos, da família e de tudo aquilo que é real (CASTELLON *et al.*, 2022).



Figura 3.1: Número crescente de smartphones no mundo.

Fonte: <https://www.iberdrola.com/compromisso-social/nomofobia>

A figura acima reflete sobre o crescente consumo de dispositivos móveis em nível global. Isso remete ao poder de acesso às informações, contudo a que levar em conta que esse consumo ocorre principalmente entre os jovens que estão em fase do estirão do crescimento, de desenvolvimento físico e emocional, portanto, faz-se necessário um estudo que avalie as repercussões ocasionadas pelo uso abusivo de celulares e possível dependência de uso do referido dispositivo eletrônico.

A Organização Mundial De Saúde (OMS), caracteriza a nomofobia como o medo irracional de estar sem o celular. O termo foi inventado em 2009 no Reino Unido e vem do anglicismo “*no-mophobia*” (“*no mobile-phone-phobia*”). A dependência do dispositivo eletrônico causa uma sensação infundada de comunicação no usuário que não tem o aparelho, seja porque o deixou em casa, porque a bateria descarregou ou porque está fora da área de cobertura (OMS, 2022).

Embora a OMS ainda não tenha classificado a nomofobia como uma patologia mental, os especialistas alertam para o crescimento da dependência deste pequeno dispositivo eletrônico desde o aparecimento dos *smartphones*.

Nesse contexto, a dependência do uso do celular vem sendo associada à dor na coluna, sobretudo na região cervical, em virtude da sua flexão prolongada ou repetitiva durante o uso desse dispositivo. A dor nas regiões cervical, dorsal e lombar da coluna tem sido apontada como causa de incapacidade para execução de atividades diárias dos indivíduos nesses últimos anos.

Há evidências de que os jovens que relatam dores persistentes apresentam maior risco de desenvolver dores crônicas na vida adulta, evidenciando a importância de detectá-la precocemente (LEE *et al.*, 2023).

Os estudos apresentados indicam uma prevalência crescente de lesões posturais entre crianças e adolescentes usuários de dispositivos móveis (BENINI *et al.*, 2022). Observaram que 40% (quarenta por cento) das crianças que usam *tablets* por mais de 3 (três) horas diárias apresentam sintomas de dor no pescoço e nas costas. Similarmente, relataram que 35% (trinta e cinco por cento) dos adolescentes que utilizam *smartphones* por longos períodos apresentam má postura e dores associadas (RESENDE *et al.*, 2023).

O uso dos aparelhos celulares requer do usuário um olhar fixo para baixo associado à extensão dos braços para frente, a fim de possibilitar a leitura da tela. Isso faz com que a cabeça se mova involuntariamente para a frente para manter o equilíbrio, causando excessivo curvamento anterior das vértebras cervicais inferiores, bem como excessivo curvamento posterior das vértebras torácicas superiores, de forma a pressionar a coluna cervical e os músculos da região cervical. Alguns autores correlacionam essa postura incorreta de cabeça e pescoço com dor musculoesquelética crônica. Outros estudos mostram, ainda, que a prevalência de dor cervical no final

da juventude é quase a mesma que a encontrada em adultos e tão alta quanto a prevalência de dor lombar (BENINI *et al.*, 2022).

As causas das lesões posturais estão frequentemente associadas à posição inadequada durante o uso de dispositivos móveis, destacam que a flexão constante do pescoço e a manutenção de posturas estáticas por períodos prolongados são fatores críticos. No estudo de Schwaickardt *et al.*, (2021) identificou-se que o uso prolongado de dispositivos móveis sem pausas regulares aumenta o risco de desenvolvimento de problemas posturais.

Para além dos problemas físicos, longos períodos de uso de dispositivos eletrônicos (*smartphones*, *tablets*, *videogame* entre outros) por crianças e adolescentes pode-se causar desestrutura psicológica. Estudiosos afirmam que o uso prolongado de dispositivos eletrônicos podem levar à comportamentos antissociais, agressividade e instabilidade emocional, fazendo com que ocorra uma diminuição nas interações sociais, receio pelo contato físico e dificuldade em criar vínculos sociais, com a preferência pelo mundo virtual (SCHWAICKARDT *et al.*, 2021).

Chamam a atenção para o aumento importante do uso dos *smartphones* nos últimos anos e descrevem as principais posturas adotadas durante o uso desses dispositivos. Assim, a maioria dos estudos citados trouxe como disfunções musculoesqueléticas a retificação ou inversão da curvatura cervical provocando assim, sintomas de dores musculares, parestesia em membros superiores e cansaço excessivo durante o uso dos *smartphones*.

4 Conclusão

Esta revisão bibliográfica destaca a importância de monitorar e regular o uso de dispositivos móveis entre crianças e adolescentes de modo a prevenir lesões posturais. As evidências sugerem que intervenções educativas e



preventivas são essenciais para proteger a saúde postural dessa população. Para mitigar os efeitos negativos do uso de dispositivos móveis na postura de crianças e adolescentes, é crucial implementar estratégias preventivas. Recomenda-se a limitação do tempo de uso diário, incentivando pausas frequentes e a adoção de posturas adequadas. Programas educativos para pais e filhos podem aumentar a conscientização sobre os riscos associados ao uso excessivo de dispositivos móveis.



Referências

- BENINI, F. M. *et al.* **Há relação entre uso do celular com dor cervical e incapacidade nas habilidades das atividades diárias?** Brazilian Journal Of Pain, v. 5, n. 2, 2022.
- CASTELLON, L. *et al.* **Aspectos psicológicos da dependência de smartphone no contexto da pandemia de Covid-19.** Research, Society and Development, v. 11, p. e102111133556, 16 ago. 2022.
- FOREMAN, J. *et al.* **Association between digital smart device use and myopia: a systematic review and meta-analysis.** The Lancet. Digital Health, v. 3, n. 12, p. e806–e818, dez. 2021.
- LEE, Y. *et al.* **The Impact of Smartphone and Social Media Use on Adolescent Sleep Quality and Mental Health during the COVID-19 Pandemic.** Human Behavior and Emerging Technologies, v. 2023, p. 1–6, 7 jul. 2023.
- RESENDE, B. B. D. *et al.* **Prevalence of Postural Changes In School Children and Adolescents.** Acta Ortopédica Brasileira, v. 31, p. e262255, 9 jun. 2023.
- SCHAFHAUZER, SILVA. **Inclusão de pessoas com deficiência visual no mercado de trabalho: uma revisão** | Diversitas Journal. 10 nov. 2023.
- SCHWAICKARDT, A. S. M. *et al.* **Uso Excessivo de Tecnologia e Saúde Pública.** Movimenta (ISSN 1984-4298), v. 14, n. 1, p. 139–142, 14 maio 2021.

A ATUAÇÃO DO PSICOPEDAGOGO NO BRASIL DIANTE DO FRACASSO ESCOLAR QUE IMPERA NO CENÁRIO DA ESCOLA PÚBLICA

Rosemeire Coelho do Nascimento Gonçalves
rosecng@gmail.com

**Mestre em Educação. Especialista em Psicopedagogia Institucional pela
Universidade Cidade de São Paulo. Licenciada em Letras**

Resumo:

O objetivo principal deste artigo é apresentar uma visão abrangente do cenário do fracasso escolar no Brasil e como a atuação do psicopedagogo se tornou importante como aliado dos profissionais de educação, desde o diretor à merendeira, para uma intervenção psicopedagógica eficiente nas dificuldades de aprendizagem dos alunos. Diante do cenário de fracasso escolar da escola pública, os problemas que se apresentam são: Quais os principais motivos dos fracassos escolares? Qual a atuação deste profissional no ambiente escolar? Como o psicopedagogo pode ajudar a instituição escolar em suas inseguranças diante da desmotivação e dificuldades de aprendizagem dos alunos? Esta pesquisa descritiva bibliográfica foi fundamentada em autores cuja linha de pesquisa se aprofunda na temática do fracasso escolar e na atuação do psicopedagogo como profissional interdisciplinar.

Palavras-Chave: Atuação; Psicopedagogo; Fracasso Escolar; Educação Brasileira.

Abstract:

The main objective of this article is to present a comprehensive overview of the scenario of school failure in Brazil and how the role of the psychopedagogue has become important as an ally of education professionals, from the principal to the lunch lady, for an efficient psychopedagogical intervention in the learning difficulties of students. Given the scenario of school failure in public schools, the problems that arise are: What are the main reasons for school failure? What is the role of this professional in the school environment? How can the psychopedagogue help the school institution with its insecurities in the face of students' lack of motivation and learning difficulties? This descriptive bibliographical research was based on authors whose line of research delves into the theme of school failure and the role of the psychopedagogue as an interdisciplinary professional.

Keywords: Role; Psychopedagogue; School Failure; Brazilian Education.

1 Introdução

O artigo é intitulado *“A atuação do psicopedagogo no Brasil diante do fracasso escolar que impera no cenário da escola pública”*.

O objetivo principal deste artigo é apresentar uma visão abrangente do cenário do fracasso escolar no Brasil e como a atuação do psicopedagogo se tornou importante como aliado dos profissionais de educação, do diretor até à merendeira, para uma intervenção psicopedagógica eficiente nas dificuldades de aprendizagem dos alunos.

Diante do cenário de fracasso escolar da escola pública, os problemas que se apresentam são: Quais os principais motivos dos fracassos escolares? Qual a atuação deste profissional no ambiente escolar? Como o psicopedagogo pode ajudar a instituição escolar em suas inseguranças considerando a da desmotivação e a dificuldades de aprendizagem dos alunos?

Esta pesquisa descritiva bibliográfica foi fundamentada em autores cuja linha de pesquisa se aprofunda na temática do fracasso escolar e na atuação do psicopedagogo como profissional interdisciplinar como Collares (1992), Bossa (2011), Patto (1999), Ferreira (2012), dentre outros.

2 Histórico da Psicopedagogia no Brasil

A psicopedagogia no Brasil teve seu início nos anos 60. Ela entra em cena com uma visão psiconeurológica do desenvolvimento humano. Assim, a formação de novo profissional: o psicopedagogo, foi direcionada para o atendimento às dificuldades de aprendizagem das crianças.

Conforme Bossa (2011), na Europa e na Argentina, os problemas de aprendizagem eram entendidos como ocasionados por fatores orgânicos. Baseado nisso, os problemas de aprendizagem passaram a ser vistos como uma

disfunção neurológica, conhecida como disfunção cerebral mínima (DCM).

A ausência de conhecimento sobre as causas dos problemas de aprendizagem ocasionou o encaminhamento de alunos a profissionais de diversas áreas de atuação, sem resoluções eficientes.

De acordo com a autora, a crença de que os problemas de aprendizagem eram causados por fatores orgânicos persistiu e estabeleceu a forma do tratamento oferecido às questões de fracasso escolar.

Também de acordo com Ferreira (2012) essa ausência de conhecimento e clareza a respeito dos problemas de aprendizagem, fazia com que os alunos seguissem para profissionais de diversas áreas, sem nenhuma solução eficaz.

Assim, a história da psicopedagogia restou dividida em dois momentos distintos: num primeiro momento, temos o período de medicalização dos problemas de aprendizagem. As crianças com dificuldades eram encaminhadas ao médico pediatra e depois ao neurologista. Já num segundo momento, denominado psicologização dos problemas de aprendizagem, as crianças com dificuldades eram encaminhadas ao psicólogo, submetendo a criança a uma bateria de testes.

Frente a estas situações, não se chegava a uma explicação clara sobre as dificuldades da criança, foi-se criando a consciência da necessidade de formação de um único profissional apto a integrar conhecimentos, para atuar de maneira objetiva e eficaz, não só na resolução dos problemas escolares, mas também com atuação na prevenção desses problemas os mesmos, facilitando assim o vínculo do aluno com o processo de aprendizagem e o resgate do prazer de aprender, o que conseqüentemente melhora o desempenho escolar do aluno.

A psicopedagogia desenvolve-se tendo como associação a pedagogia e a psicologia, podendo ser compreendida a partir de pressupostos teóricos elaborados em países de língua francesa.

Conforme Nepomuceno (2020), apenas no começo dos anos 80 é que começaram a surgir novas especulações sobre o fracasso escolar, logo, os problemas de aprendizagem foram compreendidos como resultados das falhas no processo de ensino (Bossa, 2011). Nesse mesmo período, deram início os primeiros cursos livres voltados para a área da psicopedagogia no Brasil. Em 1958, surge o Serviço de Orientação Psicopedagógica da Escola Guatemala, na Guanabara e a Escola Experimental do Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais do MEC (INEP) com a finalidade de aperfeiçoar as relações entre o professor e aluno.

Assim, a categoria profissional dos psicopedagogos organizou-se no país, a partir das décadas de 50 e 60 com a divulgação da abordagem psiconeurológica do desenvolvimento humano, desenvolvendo novas abordagens a cada ano. Somente nos anos 90 é que surgem cursos de especialização *latu sensu* em psicopedagogia que se difundiram em diversos estados.

Segundo Código de Ética (2020): “A psicopedagogia é um campo de conhecimento e de ação interdisciplinar em educação e saúde com diferentes sujeitos e sistemas, quer sejam pessoas, grupos, instituições e comunidades.” (Associação, cap., art.1º).

A psicopedagogia apresenta então, um campo de conhecimentos abrangentes, cujo objeto central de estudo é o processo de aprendizagem humana, seus padrões evolutivos normais e patológicos, além da influência do contexto em que o aluno vive como a família, a escola e a sociedade.

As causas sobre as dificuldades de aprendizagem, em consequente, não pode ser explicada apenas com a visão em um fator, mas na interação de vários fatores.

A intervenção psicopedagógica, quanto à formação, foi assumida, fundamentalmente, por pedagogos, e psicólogos, e, mais recentemente por psicopedagogos.

Devido ao seu objeto de estudo estar centralizado nas dificuldades escolares, pensa-se que a atuação do psicopedagogo seja apenas na escola, local onde aparentemente são produzidos a maioria dos problemas escolares. Entretanto, são vários os campos de atuação do psicopedagogo, como em clínicas, instituições de saúde ou até mesmo dentro de empresas.

De acordo com o Código de Ética (2020), a atividade pedagógica tem como objetivo:

- » Propor ações frente aos processos de aprendizagem e suas dificuldades;
- » Contribuir para os processos de inclusão escolar e social;
- » Realizar pesquisas no campo da psicopedagogia;
- » Mediar as relações interpessoais nos processos de aprendizagem com vistas à prevenção de dificuldades e/ou resolução de conflitos (Associação, cap. I, art.3º).

A psicopedagogia escolar já tem regulamentação na nova Lei de Diretrizes e Bases de 1996 que efetuou alterações substanciais na forma de entender o ensino no Brasil, tornando-se mais acentuada por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais de 1999, que sugere que para melhorar o ensino há a necessidade de capacitar o professor e todos os que estão inseridos no sistema educacional.

2.1 Fracasso Escolar na Educação Brasileira

Bossa (2011) coloca que considera o fracasso um sintoma social e o analisa no contexto individual, social e no contexto escolar e, também, reconhece os obstáculos a aprendizagem devido a fatores ideológicos presentes na organização do sistema educacional brasileiro.

Durante os anos 90, as políticas educacionais, segundo Nagel (1989, p.112 In Forgiarini, Silva, 2007, p.10) estiveram diretamente

subjugadas aos interesses do capital estrangeiro, sob as determinações do Banco Mundial e FMI, momento em que houve a reorganização da ideologia liberal de acumulação do capital, denominada de neoliberalismo.

Para garantir esta soberania, utilizou-se, nas Diretrizes Educacionais, de palavras chaves como: desregulamentação, descentralização e flexibilização, as quais visavam estimular à autonomia, a liberdade, a independência, a iniciativa e a criatividade, desencadeando o esvaziamento de conteúdos da escola pública brasileira ou, como Nagel (idem) coloca o “*caos da educação*” brasileira.

Os alunos do Ensino Fundamental e Médio desistem durante o seu processo de formação. Apenas 40% (quarenta por cento) dos que ingressam no nível obrigatório, concluem a 3ª série do Ensino médio, num prazo de aproximadamente 13,9 anos.

Esses dados evidenciam uma distorção série/idade que é um sério problema para a educação brasileira.

Nesse contexto, o fracasso escolar é tido como “*produto de professores mal qualificados*” (Nagel, 1989, p.05), não levando em consideração qualquer outro tipo de comentário que estabeleça relação entre concentração de renda e condições reais de aprendizagem.

Em estudo realizado por Angelucci *et al* (2004) sobre produções escritas, no período de 1991 a 2002, em mestrados e doutorados, na cidade de São Paulo, tanto nos cursos de Pedagogia e Psicologia das universidades, quanto nos da Fundação Carlos Chagas, as autoras observaram, nas 71 (setenta e uma) obras selecionadas para análise, que o fracasso escolar é compreendido como: um problema psíquico em que verificamos a culpabilização das crianças e de seus pais (tendo foco no aluno); um problema técnico, com a culpabilização do professor (foco no professor); uma questão institucional em que vemos a lógica excludente da educação escolar (foco na política pública como determinante do

fracasso escolar); uma questão política: cultura escolar, cultura popular e relações de poder (foco nas relações de poder estabelecidas no interior da instituição escolar, mais especificamente na violência praticada pela escola ao estruturar-se com base na cultura dominante e não reconhecer e, portanto, desvalorizar a cultura popular).

Confirmando, assim, como já alertou Patto (1999) a retomada ou o retrocesso, nos dias atuais, de explicações sobre o fracasso escolar que já deveriam ter sido superadas.

Segundo Aquino (1998, p.44) “*O papel da escola é o de uma instituição socialmente responsável não só pela democratização do acesso aos conteúdos culturais historicamente construídos, mas também, o de corresponsável pelo desenvolvimento individual de seus membros (em todos seus aspectos), objetivando sua inserção como cidadãos autônomos e conscientes em uma sociedade plural e democrática*”.

2.2 O Cenário da Escola Pública e o Psicopedagogo

O cenário da educação pública sempre foi desolador quanto aos índices de repetência e fracasso escolar. Por conseguinte, o psicopedagogo trouxe uma grande contribuição no atendimento e na investigação sobre as dificuldades de aprendizagem.

Segundo Aquino (1998) metade da população brasileira passa por um gargalo em relação a sua formação escolar. As crianças de classes sociais mais baixas abandonam a escola antes de atingirem oito anos de escolarização, geralmente nas séries iniciais. Existem fatores que favorecem essa evasão: trabalharem para ajudar no sustento da família, desmotivação social, mas impera o déficit cognitivo, biológico e afetivo que se faz presente.

Essas crianças, portanto, não estão preparadas para o mundo conceitual que vai além dos conhecimentos práticos que a escola oferece. “*Quando a escola exige da criança um conhecimento conceitual e ela não consegue atingi-lo,*

nos deparamos com uma deficiência cognitiva que, felizmente, ainda é circunstancial, podendo ser superada com intervenções” (Aquino, 1998, p. 42).

Segundo Patto (1999), as práticas pedagógicas no interior das escolas também influenciam na produção do fracasso escolar, neste sentido, tais práticas devem ser revistas, por meio de uma reflexão sobre os seus principais elementos estruturantes, sendo eles: (i) relação professor-aluno; (ii) metodologia de trabalho do professor; (iii) currículo; (iv) avaliação e gestão escolar.

A partir disso, foi reconhecido que deveria ser verificado a existência de diferenças individuais na capacidade de aprendizagem das crianças e, como consequência, um trabalho diferenciado com cada uma delas resolveriam o fracasso escolar e as repetências bem como, o sofrimento diante as opressões da escola.

Geralmente as pessoas que vivem o fracasso escolar vêm marcadas por múltiplos insucessos nos vários lugares que ocupam: na família, na escola, no grupo social, o que as leva a perceber que não dão conta de responder às expectativas dos outros, estando sempre aquém. Ou são constantemente criticadas ou se autocriticam (Rubinstein, 1999, p. 21)

De acordo com Rubinstein (1999) o profissional psicopedagogo voltou sua atenção para compreender os obstáculos existentes, e por intermédio de intervenções poder saná-los.

Os déficits cognitivos reais ou circunstanciais devem ter atendimento clínico no contexto escolar regular de sala de aula com o auxílio do psicopedagogo com metodologias cooperativas e democráticas ricas na solicitação de interação social e interpessoal, assim como a aprendizagem dos conteúdos que tenham significados reais para a vida do aluno. Só assim, a criança passará por um processo saudável da construção de sua personalidade de forma equilibrada que lhe permita atingir a autonomia e a cidadania.

Pensa-se que um orientador educacional possa resolver os problemas de aprendizagem na escola, por isso o psicopedagogo deve conquistar seu espaço na escola e demonstrar seus amplos conhecimentos da criança, assim como todo o processo didático, metodológico e da dinâmica institucional. É necessário que o psicopedagogo conquiste um espaço dentro da escola, o que nem sempre é fácil, pois a maioria das escolas acha que um orientador educacional já é suficiente para resolver todos os problemas.

Tendo seu trabalho multidisciplinar, o psicopedagogo deve interagir com os profissionais da institucional escolar como um todo, o que inclui até profissionais que, aparentemente, não contribuem de forma direta para aprendizagem. Além disso, deve considerar a família responsável pela criança e outros membros da comunidade que decidem sobre as necessidades e prioridades da escola.

Segundo Bossa (2011), o psicopedagogo pode colaborar na elaboração do projeto pedagógico, ou seja, o profissional pode, por meio de seus conhecimentos ajudar a escola a responder questões fundamentais como: O que ensinar? Como ensinar? Para que ensinar? Estes mesmo profissional pode realizar o diagnóstico institucional para detectar problemas pedagógicos que estejam prejudicando a qualidade do processo ensino-aprendizagem.

O psicopedagogo pode ajudar o professor a perceber quando a sua maneira de ensinar não é apropriada à forma do aluno aprender, podendo orientar professores no acompanhamento do aluno com dificuldades de aprendizagem, bem como realizar encaminhamentos para fonoaudiólogos, psicólogos, neurologistas, psiquiatras infantis, dentre outros.

Deve ser constantemente avaliado pelo psicopedagogo a relação professor-aluno. O psicopedagogo pode auxiliar o professor a identificar a fase de desenvolvimento cognitivo/afetivo do aluno, ou mesmo pelo desconhecimento de problemas familiares do aluno.

Segundo Ferreira (2012), o psicopedagogo escolar tem um papel fundamental quando participa das reuniões de pais nas escolas com a finalidade de orientar e esclarecer sobre o que está ocorrendo com a criança na escola, auxiliando-os a reconhecerem as verdadeiras necessidades de seus filhos para que possam estimular seus filhos para aprendizagens escolares em casa.

Também faz parte do trabalho psicopedagógico participar da avaliação dos processos didáticos metodológicos, oferecendo um suporte instrumental ao professor na organização de uma nova sistemática de ensino ou aperfeiçoamento da sistemática existentes.

Muitos professores apresentam insegurança na aplicação de novos métodos ou em relação a alunos com problemas de aprendizagem. Assim, quando o psicopedagogo ouve as dificuldades dos professores, ele pode esclarecer suas dúvidas e promover momentos de interação para uma aprendizagem melhor.

Cada instituição apresenta suas necessidades e o profissional psicopedagogo precisa identificá-las para que cumpra verdadeiramente seu papel.

Atualmente seu campo de atuação foi ampliado, efetivando sua prática na relação de aprendizagem e saberes múltiplos. Não fundamenta sua teoria em bagagens conteudistas, mas em saberes significativos, configurando uma relação positiva com a aquisição de conhecimento. Portanto, voltou-se o foco para o sujeito da aprendizagem, tornando as ações mais preventivas do que (Oliveira, 2017).

3 Considerações Finais

Toda criança tem o direito de ser educada e ensinada. Deve ser oferecido a ela um ambiente saudável para o seu desenvolvimento infantil, tanto fisiológico como psicológico.

As ferramentas e possibilidades devem ser oferecidas para que a criança perceba um

direcionamento compatível com seus valores, visão de mundo e com circunstâncias adversas que irá encontrar.

Segundo Saraiva (2016) a educação prepara para a vida. Uma nova priorização deve acontecer na educação para que a criança de hoje seja um adulto capaz de amar e de participar ativamente e conscientemente do mundo ao seu redor”.

Quando a criança adentra aos portões da escola, conhece um mundo muito diferente do seu ambiente familiar. Esse novo a assusta e além do desafio do ambiente novo, ainda deve aprender o que a escola tem para ensinar.

Diante do novo que encontra, a criança pode enfrentar um desafio muito além de suas possibilidades, principalmente diante das dificuldades encontradas nas escolas públicas.

Sendo assim, o professor acaba sendo o maior causador das dificuldades de aprendizagem, sendo deixado para segundo plano todo um cenário político, social e econômico que provocam dificuldades em seu cotidiano.

O psicopedagogo ainda um profissional distante da realidade da escola pública, tem condições de auxiliar desde a merendeira até ao diretor para que o processo de ensino-aprendizagem seja eficiente.

Assim a psicopedagogia viabiliza meio e recursos técnicos para uma nova estratégia do ensino.

Uma educação de qualidade tem como principal agente o psicopedagogo que atua junto à criança, auxiliando o professor em sua didática em sala de aula, criando novos caminhos para o ensino e a aprendizagem.

Referências

- ANGELUCCI, Carla Bianca *et al.* **O Estado da Arte da Pesquisa sobre o Fracasso Escolar (1991 – 2002): Um Estudo Introdutório.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n.1, Jan/Abr, 2004.
- AQUINO, Julio Groppa. **Diferenças e Preconceitos na Escola.** São Paulo: Summus, 1998.
- ASSOCIAÇÃO Brasileira de Psicopedagogia. **Código de Ética do Psicopedagogo.** 2020. Disponível em file:///C:/Users/Notebook/Documents/PRODU%C3%87%C3%95ES%202024/codigo_de_etica.pdf. Data de acesso 10/03/2024
- BOSSA, Nádia. **Fracasso Escolar: um olhar psicopedagógico.** Porto Alegre: Artmed, 2011.
- COLLARES, Cecilia Azevedo Lima. **Ajudando a Desmistificar o Fracasso Escola.** Série Idéias n. 6. São Paulo: FDE, 1992 Disponível em http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_06_p024-028_c.pdf. Data de acesso. 10/03/2024
- FERREIRA; Renata T. da. **A importância da Psicopedagogia no ensino fundamental – 1ª a 4ª séries, 2012.** Disponível em <http://www.psicopedagogia.com.br/artigos/artigo.asp?entrID=348>. Data de acesso. 10/03/2024
- FORGIARI, Solange Aparecida B.; SILVA, João Carlos da. **Escola pública: fracasso escolar numa perspectiva histórica.** Simpósio de Educação – XIX Semana de Educação 26 a 28 de novembro de 2007. Disponível em <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/369-2.pdf>. Data de acesso. 10/03/24.
- NAGEL, Lízia. **Avaliação, Sociedade e Escola: fundamentos para reflexão.** Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 1989. In FORGIARINI, Solange Aparecida Bianchini ; SILVA, João Carlos da ESCOLA PÚBLICA: FRACASSO ESCOLAR NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA, 2007. Disponível em <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/369-2.pdf>. Data de acesso: 08/03/2024
- NEPOMUCENO, Taiane Aparecida Ribeiro. **O psicopedagogo no contexto escolar e o processo de aprendizagem, qual a relação.** 2020. Disponível em <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/47/o-psicopedagogo-no-contexto-escolar-e-o-processo-de-aprendizagem-qual-a-relacao>. Data de acesso. 10/03/2024.
- OLIVEIRA, Mari Angela Calderari. **Fundamentos da Pedagogia.** 1.ed. São Paulo: Iesde, 2017
- PATTO, Maria Helena Souza. **A Produção do Fracasso Escolar: histórias de submissão e rebeldia.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.
- RUBINSTEIN. Edith. (org.) **Psicopedagogia: uma prática, diferentes estilos.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.
- SARAIVA, WASLANY BITTENCOURT. **A Psicopedagogia e a importância do lúdico no processo ensino-aprendizagem.** Faculdade Salesiana Dom Bosco.2016. Disponível em: <http://www.transduco.com.br/?p=90>. Acesso em 15 mar 2022.

ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA ACERCA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE GESTÃO DE PESSOAS (2007 À 2016)

Diego Araújo Silva

diego.silva@alu.faculdaeenau.com.br

Gislene Cristina Bizerra Cassanta da Silva

gislene.silva@alu.faculdaeenau.com.br

Luana Maciel Santos Malaquias

luana.malaquias@alu.faculdaeenau.com.br

Luiza Castro de Lima

luiza.lima@alu.faculdaeenau.com.br

Mariane Cristine Correia

mariane.correia@alu.faculdaeenau.com.br

Melissa Moraes Gusmão

melissa.gusmao@alu.faculdaeenau.com.br

Esdras da Silva Costa

esdras.costa@pro.faculdaeenau.com.br

Rogério Sarkis da Costa

rogerio.sarkissian@gmail.com

Faculdades ENAU e Educamaís (EDUCA+)

Resumo:

O presente estudo possui como objetivo realizar uma análise bibliográfica acerca da produção científica nacional sobre a temática “Gestão de Pessoas”. Enquanto procedimento metodológico a pesquisa possui abordagem qualitativa, sendo seu tipo de pesquisa classificada como descritiva, fazendo uso do instrumento denominado de bibliometria. Seus resultados apontam a influência e a importância da gestão de pessoas nas organizações, com destaque para as pesquisas norteadas pela abordagem qualitativa e o tipo de pesquisa predominante classificada como descritiva.

Palavras-Chave: Gestão de Pessoas; Análise Bibliográfica; Estado da Arte.

Abstract:

The present study aims to carry out a bibliographical analysis about the national scientific production regarding the subject “People Management”. As a methodological procedure, the research has a qualitative approach, and its type of research is classified as descriptive, making use of the instrument called bibliometrics. Its results point to the influence and importance of people management in organizations, with emphasis on research guided by a qualitative approach and the predominant type of research classified as descriptive.

Keywords: People management; bibliometric analysis; state of art.

1 Introdução

Por meio da gestão de pessoas é possível tornar o ambiente de trabalho em um ambiente equilibrado, obtendo um importante aumento de rendimento por ações de gestão. Nesse contexto, a gestão de pessoas possui 3 (três) vertentes principais, nomeadamente: pessoas como pessoas, pessoas como ativadores inteligentes dos recursos organizacionais e, ao mesmo tempo, parceiros da organização (Chiavenato, 1999).

Diante desse cenário a gestão de pessoas representa o gerenciamento do processo de pessoal (Chiavenato, 2014) sendo representados por objetivos diversos, tais como: auxiliar a organização a atingir os seus objetivos e missão, permitir que a organização seja competitiva, dotar a organização de pessoas bem informadas e motivadas, aumentar a satisfação dos colaboradores e a satisfação no trabalho.

Como objetivo geral, o estudo visa compreender por meio de uma análise bibliométrica, como está, de forma contemporânea, as publicações relacionadas à gestão de pessoas, a fim de auxiliar e proporcionar uma melhor compreensão da temática.

Dentre os trabalhos pesquisados, notam-se as publicações relacionadas às experiências de desenvolvimento no campo da gestão de pessoas, os desafios e processo da área, a evolução e o impacto da gestão de pessoas nas organizações.

Chiavenato (2005) afirma que, gerir pessoas equivale a falar dos conceitos bibliográficos de pessoas, inteligência, força e competência. Observa-se que, as grandes mudanças empresariais, ao longo dos anos, estão relacionadas ao gerenciamento de pessoal, sendo fator determinante para o sucesso das organizações.

A presente pesquisa foi estruturada fazendo uso de métodos qualitativos, sendo o seu tipo de pesquisa classificada como descritiva, utilizando como instrumento para o processo de análise a bibliometria.

O artigo está estruturado de acordo com a introdução que segue. Posteriormente é apresentada a fase de fundamentação teórica, seguida da metodologia de pesquisa. Em sequência são apresentadas as análises e discussões do estudo, conduzidas por fim ao processo de considerações finais, acompanhadas das contribuições, limitações e sugestões para pesquisas futuras.

2 Referencial Teórico

2.1 Cultura Organizacional

A cultura e o comportamento organizacional são de extrema importância para as organizações, uma vez que estes elementos buscam mostrar o impacto das relações humanas dentro das organizações, uma vez que buscam disseminar valores, personalidade, motivação, liderança, dentre outros tópicos importantes e atuais que influenciam o desempenho das organizações.

A atitude da empresa e de seus líderes influencia o comportamento dos subordinados, além disso, Chiavenato (2010) mostra que as empresas de sucesso estão percebendo que priorizar a importância das práticas de gestão e da cultura do engajamento aos colaboradores, incentivando a ter valores e objetivos que sejam bons para a organização.

Chiavenato (2004) apontou que a cultura é como um iceberg, do qual apenas 10% (dez por cento) ou 20% (vinte por cento) está acima do nível da água e compõe a parte visível. A maioria ainda está escondida e as pessoas não podem verificar. Da mesma forma, a cultura organizacional mostra aspectos formais como políticas, métodos, procedimentos, objetivos, estrutura organizacional e tecnologia utilizada. No entanto, esconde alguns aspectos informais como percepção, sentimento, atitudes, valores e normas do grupo. É difícil se esconder na cultura organizacional, ser compreendido e explicado, e mudar ou sofrer uma transformação.

Segundo Luz (2012), a cultura organizacional deve ser comunicada ao clima organizacional porque são conceitos complementares. De acordo com o autor a cultura organizacional poderá afetar diretamente o comportamento dos colaboradores, e de seus grupos dentro de uma empresa, incluindo aspectos que conferem a cada organização um modo de ser. Por meio da gestão estratégica de pessoas, os gestores conseguem equilibrar o ambiente de trabalho, o que, além da satisfação mútua, também pode beneficiar a produtividade.

Wei *et al.* (2008) confirma-se que a cultura organizacional é a experiência da gestão estratégica de pessoas e desempenha um papel decisivo na organização. Por isso, atribui-se às pessoas a importância da gestão estratégica, valor constante da reflexão local sobre a cultura organizacional.

2.2 Gestão de Pessoas

Com conhecimento que define Gestão de Pessoas nota-se ter como ponto de partida a evolução construída dentro desse âmbito, de acordo com Albuquerque (1999) e Chiavenato (2002) a gestão de pessoas é um serviço essencial, na qual tem que existir o apoio dos colaboradores nas organizações para se alcançar as metas estabelecidas, tanto em equipe quanto individuais.

Segundo Gil (2006) a definição de gestão de pessoas é coordenar o comportamento humano no ambiente organizacional, ou seja, obter os indivíduos corretos, para o cargo certo, contendo as competências impostas para atingir os objetivos da empresa com paixão.

Observa-se como a temática gestão de pessoas evoluiu no contexto empresarial, obtendo assim resultados em seus colaboradores. Lacombe (2005) descreve que, o primeiro passo para uma boa gestão é a formação de uma equipe qualificada. É preciso um trabalho duro e que não seja fácil assim conseguir uma equipe de qualidade, para assim se conseguir lealdade e comprometimento dos mesmos para com a

organização. Potencializando os conhecimentos de cada um.

Com a gestão de pessoas, existe a possibilidade de equilibrar o ambiente de trabalho, fornecendo, uma grande satisfação para todas as partes envolvidas, como também um grande rendimento na produção.

Chiavenato (2005) expressa que, gestão de pessoas é a mesma coisa que falar de gente, intelectualidade, força e eficácia. Onde se vê grandes mudanças aos longos anos, não só como algo palpável como em especial aspectos abstratos. Com a gestão de pessoas as empresas têm tido excelentes resultados se tornando organizações bem-sucedidas.

Cortella tem uma percepção sobre os gestores. *“O gestor não é alguém que dirige, que leva adiante. É aquele que é capaz de conduzir a pluralidade de competências e habilidades e fazer com que isso eleve a missão que uma organização de qualquer natureza tenha”*. (CORTELLA, 2021, p.14).

2.3 O Profissional de Gestão de Pessoas

Toda cadeia organizacional parte de uma fonte de liderança, sendo assim intitula-se um líder com expertise, aptidões e práticas para fornecer aos seus liderados suporte para um fluxo organizacional contínuo. Com um olhar clínico e sistemático, conhecer pessoas e introduzi-las segundo as suas competências (GIL, 2006). Segundo Bakker (2007), funcionários que estão muito empenhados e motivados com seu trabalho, possuem altos graus de energia a iminência de não sentirem o tempo passar, ou seja, é de suma importância obter habilidades de gestão de pessoas que reconhecem o capital humano, assim exprimem suas capacidades e ultrapassam sua zona de conforto (SERRA, 2010).

3 Procedimentos Metodológicos

Este estudo foi elaborado com base no pressuposto de uma abordagem qualitativa, trata-se de um estudo descritivo que utiliza as técnicas mais recentes para analisar todos os estudos que recolhem e descrevem os resultados das pesquisas realizadas. Assim, Creswell (1998) diz que a pesquisa qualitativa é um processo de pesquisa baseado em metodologias tradicionais de pesquisa diferentes que investigam um problema social ou humano.

O presente estudo adota um método qualitativo. A pesquisa qualitativa é uma pesquisa que não pode ser medida apenas por números e dados obtidos, por exemplo, por meio de questionários. Este estudo tem como foco compreender aspectos mais subjetivos como comportamentos, pensamentos, opiniões, etc. Marconi e Lakatos (2010) mostram que os métodos qualitativos se baseiam em pesquisas para análise e interpretação mais profundas, descrevem a complexidade do comportamento humano e fornecem uma análise mais detalhada de pesquisas, atitudes e tendências comportamentais.

O objetivo do estudo descritivo é analisar os dados coletados sem a intervenção do pesquisador. Geralmente são usadas pesquisas para coletar dados e descrever experiências, processos, situações e fenômenos em detalhes. Segundo Gil

(2017), pesquisas descritivas visam mapear as opiniões, atitudes e crenças da população. Esses estudos geralmente quantitativos visam identificar e descrever características de grupos de pessoas ou fenômenos.

Como instrumento de análise, foram utilizadas técnicas de Análise Bibliométrica. O conceito de bibliometria, como estatística para publicações, é conhecido desde o uso do termo bibliografia estatística por Hulme em 1923, e mais tarde foi revivido em 1969 por Pritchard, que definiu bibliometria como a aplicação de métodos matemáticos e estatísticos e outras mídias (HAYASHI, 2004, p.91-92). E além disso, Hayashi (2004, p.92), “o objetivo da bibliometria é oferecer uma ideia do estado da arte e da evolução da ciência, da tecnologia e do conhecimento”.

4 Análise e Discussão dos Dados

4.1 Dados Qualitativos

Os dados foram analisados observando as seguintes características: (i) ano de publicação, título da pesquisa e evento publicado; (ii) autores e obras referenciadas; (iii) palavras-chave; e (iv) procedimentos metodológicos utilizados, de acordo com a **Tabela 1** que segue:

Tabela 1: Ano de publicação, título de pesquisa/ evento publicado:

Ordem	Ano de Publicação	Título	Nome revista/Evento Científico/Plataforma
1	2007	GESTÃO POR COMPETÊNCIAS: impactos na gestão de pessoas	Estação Científica Online
2	2009	O Alinhamento Estratégico Entre Cultura Organizacional e Estratégias de Gestão de Pessoas	Revista Eletrônica de Ciência Administrativa (RECADM)
3	2012	A Influência da Gestão de Pessoas no Desempenho Empresarial através do Perfil do Líder	Google Acadêmico
4	2014	Influência dos Resultados da Pesquisa de Clima nas Decisões dos Gestores do Centro Universitário Univates	Google Acadêmico
5	2015	Gestão de Pessoas	e-Tec/Colégio Politécnico UFSM

Ordem	Ano de Publicação	Título	Nome revista/Evento Científico/Plataforma
6	2015	A Importância da Gestão de pessoas nas organizações	Revista Unitins
7	2016	A Importância da Área de Gestão de Pessoas, Para o Sucesso da Organização	Google Acadêmico

Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

Na análise da Tabela 1, 7 (sete) artigos foram publicados entre 2007 e 2016. Essas publicações destacam o tema cultura organizacional, dada a sua importância, para os profissionais de gestão de pessoas.

De referir que 2015 é o ano em que mais lançamentos ocorreram. Percebe-se que no estudo da arte de muitos estudiosos, o comentário

permite apresentar um tema, abrangendo diversos meios, contribuindo para o conhecimento.

Para Lakatos (2003, p. 83), método científico é como um conjunto de atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permitem alcançar o objetivo e conhecimentos válidos e verdadeiros.

Tabela 2: Autores e Obras Referenciadas:

Autores	Obras Referenciadas
CHIAVENATO, Idalberto	Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações
LUZ, Ricardo	Gestão do clima organizacional
WEI, L	The role of corporate culture in the process of strategic human resource management: evidence from Chinese enterprises. Human Resource Management
ALBUQUERQUE, L. G	Competitividade e recursos humanos. Revista de Administração
CHIAVENATO, Idalberto	Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações
GIL, Antônio Carlos	Gestão de Pessoas: enfoque nos papéis profissionais
LACOMBE, Francisco José Masset	Recursos humanos: princípios e tendências. São Paulo
CHIAVENATO, Idalberto	Administração nos novos tempos. 2. ed., totalmente rev. e atual
GIL, Antônio Carlos	Gestão de Pessoas: enfoque nos papéis profissionais
LACOMBE, Francisco José Masset	Recursos humanos: princípios e tendências. São Paulo
CHIAVENATO, Idalberto	Administração nos novos tempos. 2. ed., totalmente rev. e atual
SERRA, Floriano	Gestão de Pessoas: todos ou ninguém. Disponível

Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

A partir da Tabela 2, pode-se perceber que o autor Chiavenato fez parte de 4 (quatro) dos 12 (doze) artigos analisados, contribuindo significativamente para uma visão mais ampla da gestão de pessoas.

Nesse contexto, os autores realizaram diversas análises de como a liderança ou cultura organizacional influencia a gestão, e como essa influência é capaz de mudar toda a estrutura

dentro de uma organização de uma forma boa e que auxilia no desenvolvimento.

Chiavenato (2003, p. 122) define liderança como sendo um “processo que influencia e induz o que uma pessoa exerce sobre outras conforme a necessidade e situação, que as levam a realizar um ou mais objetivos”.

Tabela 3: Palavras-chave inseridas nos artigos:

Ordem	Ano	Título	Palavras-chave
1	2007	GESTÃO POR COMPETÊNCIAS: impactos na gestão de pessoas	Gestão de pessoas; Gestão por competências. Modelos de gestão.
2	2009	O Alinhamento Estratégico Entre Cultura Organizacional e Estratégias de Gestão de Pessoas	Alinhamento Estratégico. Cultura Organizacional. Estratégias de Gestão de Pessoas. Gestão Estratégica de Pessoas.
3	2012	A Influência da Gestão de Pessoas no Desempenho Empresarial através do Perfil do Líder	Gestão de pessoas - Liderança - Organização - Desempenho Empresarial
4	2014	Influência dos Resultados da Pesquisa de Clima nas Decisões dos Gestores do Centro Universitário Univates	Tomada de decisões. Resultados da pesquisa de clima.
5	2015	Gestão de Pessoas	A gestão de pessoas nas organizações
6	2015	A Importância da Gestão de Pessoas nas Organizações	Gestão de pessoas, a importância da gestão de pessoas, organizações.
7	2016	A Importância da Área de Gestão de Pessoas, Para o Sucesso da Organização.	Motivação, Qualidade de Vida no trabalho, Treinamento, Desenvolvimento.

Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

As palavras-chave são marcadas pela designação do autor, utilizando unidades lexicais livres, com o objetivo de expressar de forma abrangente o conteúdo temático do texto. Não se pode negar que o autor possui o campo informativo dotado de atividades criativas no texto.

As palavras-chave são consideradas como termos de relevância, sendo consideradas como o principal elemento da pesquisa científica. A Tabela 3 apresenta o título dos artigos e suas respectivas palavras-chave.

Tabela 4: Procedimentos metodológicos utilizados:

Ordem	Ano	Título	Procedimentos Metodológicos Utilizados
1	2007	GESTÃO POR COMPETÊNCIAS: impactos na gestão de pessoas	Descritivo
2	2009	O Alinhamento Estratégico Entre Cultura Organizacional e Estratégias de Gestão de Pessoas	Descritivo
3	2012	A Influência da Gestão de Pessoas no Desempenho Empresarial através do Perfil do Líder	Descritivo
4	2014	Influência dos Resultados da Pesquisa de Clima nas Decisões dos Gestores do Centro Universitário Univates	Descritivo
5	2015	Gestão de Pessoas	Descritivo
6	2015	A Importância da Gestão de Pessoas nas Organizações	Descritivo
7	2016	A Importância da Área de Gestão de Pessoas, para o Sucesso da Organização.	Exploratório

Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

A Tabela 4 apresenta os procedimentos e métodos metodológicos utilizados nos artigos revisados e os tipos de estudos utilizados para a realização do trabalho científico. Para Gil (1999),

o método científico é uma série de procedimentos intelectuais e técnicos utilizados para adquirir conhecimento.

Tabela 5: Abordagem (Qualitativa/Quantitativa):

Ano de Publicação	Título do Artigo	Abordagem
2007	GESTÃO POR COMPETÊNCIAS: impactos na gestão de pessoas	Qualitativa
2009	O Alinhamento Estratégico Entre Cultura Organizacional e Estratégias de Gestão de Pessoas	Quantitativa
2012	A Influência da Gestão de Pessoas no Desempenho Empresarial através do Perfil do Líder	Quantitativa
2014	A Influência da Gestão de Pessoas no Desempenho Empresarial através do Perfil do Líder	Quantitativo
2015	Gestão de Pessoas	Qualitativa
2015	A Importância da Gestão de Pessoas nas Organizações	Qualitativa
2016	A Importância da Área de Gestão de Pessoas, para o Sucesso da Organização	Qualitativa

Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

Por meio da Tabela 5 é característico que a abordagem dominante nos estudos analisados tenha sido a qualitativa. A pesquisa com abordagem qualitativa visa explicar ou identificar fenômenos ainda não conhecidos em um determinado contexto e/ou pouco estudados na academia científica.

5 Considerações Finais

Tendo em vista os aspectos observados podemos analisar que o campo da gestão de pessoas passou por um longo e árduo processo de mudança em seus anos de história, onde teve que provar sua capacidade e funcionalidade. A gestão estratégica de pessoas hoje não é mais vista como um cálculo empresarial, mas sim como uma ferramenta crítica para o desenvolvimento das organizações com foco em produtividade, empregos no mercado de trabalho e crescimento em toda a organização.

Durante a pesquisa, pode-se verificar que o assunto ainda existe muito esporadicamente dentro das organizações, principalmente

quando essa prática só é adotada, na maioria das vezes, em empresas de grande porte.

A partir dos exemplos, discussões e temas apresentados neste artigo, podemos concluir que a gestão de pessoas atualmente deve tornar-se uma ferramenta implementada e que os resultados organizacionais positivos devem ocorrer por meio de um ambiente de trabalho confortável. Dessa forma, as organizações mostram como as pessoas são importantes e porque as organizações de sucesso são construídas inerentemente com base nas pessoas.

Os resultados deste estudo indicam que a contribuição efetiva da pesquisa reside na compreensão mais ampla da realidade dada. Em virtude do que foi apresentado se permite discutir e considerar muitos fenômenos, além de resolver problemas sociais relevantes. Em outras palavras, o objetivo do resultado é contribuir melhor com o processo, melhorar os relacionamentos e promover o desenvolvimento.

As demarcações que decorrem da gestão entre pessoas envolvem internamente com a cultura empresarial e a cultura individual que

ambas vertentes tem que estar devidamente alinhadas para que sejam funcionais, com o objetivo de manter o respeito e a ordem dentro das organizações. Com isso referindo-se às qualidades e competências analíticas do gestor em mapear o perfil nas habilidades técnicas e as habilidades socioemocionais do colaborador para dar o esperado na vaga que corresponder com as suas competências técnicas.

Quando se refere às limitações nessa gestão pode se contemplar a falta das novas informações e entendimentos das novas culturas interpessoais que surgem com passar dos séculos, e isso gera uma série de conflitos dentro das organizações que se considera um dos motivos das causas dos desligamentos.

Nesse espectro de gestão considerando as possibilidades de estudos futuros na nova abordagem de gestão para as pessoas, incluindo temas como empresas deve se comportar e gerir com as culturas internas dos seus colaboradores em um ambiente compartilhado, compreender e estudar com o foco nas habilidades socioemocionais dos colaboradores e como isso afeta a produtividade do trabalho. Compreender a complexidade da gestão e como ela sempre está em mudança quando se envolve pessoas.

Referências

- ALBUQUERQUE, L. G. **Competitividade e recursos humanos**. Revista de Administração. v 27. São Paulo: out/dez. 1999.
- BAKKER, Arnold B; DEMEROUTI, Evangelia; HAKANEN, Jari; e XANTHOPOULOU, Despoina. **Job Resources Boost Work Engagement, particularly when job demands are high**. Washington: Journal of Educational Psychology. 99, 274-284. 2007.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução a teoria geral da administração**. 7 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 2005.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. Gestão de pessoas. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- CRESWELL, John W. **Qualitative inquiry and research design: Choosing among qualitative traditions**. Thousand Oaks, CA: Sage. (1998).
- GIL, Antônio Carlos. **Gestão de Pessoas: enfoque nos papéis profissionais**. 1ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- HAYASHI, C. R. M. **Presença temática da educação na base de dados Francis®: uma abordagem bibliométrica**. Dissertação (Mestrado em Educação): Universidade Federal de São Carlos 175F, 2004.
- LACOMBE, Francisco José Masset. **Recursos humanos: princípios e tendências**. São Paulo: Saraiva 2005.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LUZ, Ricardo. **Gestão do clima organizacional**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2012.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- SERRA, Floriano. **Gestão de Pessoas: todos ou ninguém**. Disponível em: <<https://www.portaldafamilia.org/artigos/artigo182.shtml>> Acesso em 10 de Nov 2015.
- WEI, L. *et al.* **The role of corporate culture in the process of strategic human resource management: evidence from Chinese enterprises**. Human Resource Management, v 47, n 4, p 777-794: winter, 2008.

O PROGRAMA MULHER CIDADÃ: EMPODERAMENTO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Fernando Benedito de Jesus
nando.jesus317@gmail.com

Glaucia Maria da Silva
glaucia.989@gmail.com

Wanessa Lima Cuenca Marques
nessalcmarques@gmail.com

Alunos do curso de Ciências Contábeis

Orientador(a):
Carlos Eduardo Rocha dos Santos
carlao_santos@yahoo.com.br

Faculdade Educamais
(EDUCA+)

Resumo:

O presente artigo aborda o programa “Mulher Cidadã”, uma iniciativa lançada pelo Ministério da Fazenda do governo brasileiro em 2023, com o objetivo de promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres no Brasil. O programa busca oferecer atendimento integral às mulheres, abrangendo áreas como saúde, segurança, educação, trabalho, cidadania, justiça e assistência social. O programa reconhece as mulheres como agentes de mudança e oferece treinamento, oportunidades de empreendedorismo, acesso à saúde, apoio político e muito mais. Este artigo traz como tipos de pesquisa: a pesquisa qualitativa que busca compreender a experiência e a perspectiva das pessoas. A pesquisa básica tem como objetivo expandir o conhecimento teórico e científico. A pesquisa explicativa busca compreender as causas subjacentes de um fenômeno. E a pesquisa bibliográfica é uma abordagem de busca e análise crítica de fontes já existentes. Os principais resultados apontam que o programa visa oferecer atendimento integral às mulheres, abrangendo áreas como saúde, segurança, educação, trabalho, cidadania, justiça e assistência social, sendo desenvolvido para enfrentar desigualdades de gênero, violência contra as mulheres, desafios econômicos, participação política limitada e acesso desigual à educação e saúde. O programa busca promover a igualdade de gênero e fortalecer o papel das mulheres na sociedade brasileira.

Palavras-Chave: cidadania fiscal; vulnerabilidade social; educação.



Abstract:

This article discusses the “Mulher Cidadã” (Citizen Woman) program, an initiative launched by the Brazilian Ministry of Finance in 2023, with the goal of promoting gender equality and women’s empowerment in Brazil. The program seeks to provide comprehensive services to women, covering areas such as health, security, education, labor, citizenship, justice, and social assistance. The program recognizes women as agents of change and offers training, entrepreneurship opportunities, access to healthcare, political support, and much more. This article discusses the following research types: qualitative research, which seeks to understand people’s experiences and perspectives. Basic research aims to expand theoretical and scientific knowledge. Explanatory research seeks to understand the underlying causes of a phenomenon. And bibliographic research is an approach involving the search and critical analysis of existing sources. The main findings indicate that the program aims to provide comprehensive services to women, covering areas such as health, security, education, labor, citizenship, justice, and social assistance, and is designed to address gender inequalities, violence against women, economic challenges, limited political participation, and unequal access to education and healthcare. The program seeks to promote gender equality and strengthen the role of women in Brazilian society.

Keywords: *fiscal citizenship; social vulnerability; education.*

1 Introdução

O programa Mulher Cidadã é uma iniciativa governamental, instituído pela Portaria nº 26, de 24 de fevereiro de 2023, que visa promover o empoderamento e a inclusão das mulheres na sociedade. Sua importância reside na abordagem holística que adota para enfrentar desafios e desigualdades de gênero, capacitando as mulheres em diversas áreas da vida.

Essa iniciativa reconhece que o empoderamento feminino não se limita apenas à participação política, mas também abrange educação, saúde, economia e acesso a oportunidades. Portanto, o programa Mulher Cidadã implementa uma série de ações e políticas que serão realizadas por meio dos Núcleos de Apoio Contábil, Jurídico e Fiscal (NAF) em cooperação com instituições de ensino, que visam (Brasil, 2023): promover a educação; melhorar a saúde feminina; empoderar economicamente; promover a participação política e combater a violência de gênero.

A importância do programa é evidente na transformação que pode trazer para a vida das mulheres, capacitando-as a serem agentes de mudança em suas comunidades e na sociedade em geral. Além disso, ao promover a igualdade de gênero e o empoderamento feminino, o programa pode contribuir para o desenvolvimento sustentável e a justiça social.

Diante deste contexto, objetivamos com este artigo: 1. Informar o leitor sobre a existência e propósito do programa “Mulher Cidadã”, aumentando a conscientização sobre essa iniciativa; 2. Destacar a importância do empoderamento das mulheres na sociedade e como o programa contribui para esse empoderamento; 3. Explicar como o programa é implementado e como funciona, fornecendo detalhes sobre suas principais características e abordagens; 4. Apresentar exemplos de benefícios e impactos positivos que o programa trouxe para as mulheres e a comunidade em geral; 5. Discutir os

desafios enfrentados pelo programa ao longo do tempo e como eles foram superados, destacando a resiliência e adaptabilidade da iniciativa; 6. Reforçar a importância do programa Mulher Cidadã como um exemplo de políticas públicas bem-sucedidas que promovem o empoderamento feminino e a transformação social.

Além desta introdução, apresentamos os tipos de pesquisa que caracterizam nosso estudo, bem como uma discussão teórica que visa atender aos objetivos propostos. Finalizamos com as considerações finais e referências utilizadas ao longo do texto.

2 Tipos de Pesquisa

Esta pesquisa, no que concerne à abordagem, se classifica como qualitativa. A pesquisa qualitativa é uma abordagem de pesquisa que se concentra na compreensão profunda e na exploração de fenômenos sociais, culturais e humanos. Ela se baseia na coleta de dados não numéricos, como entrevistas, observações, diários e análise de texto, para explorar questões complexas, contextuais e subjetivas, uma vez que “*não há forma numérica, pois o pesquisador utiliza uma forma indutiva para descrever a situação observada. Nesse sentido, os dados qualitativos não podem ser representados graficamente, sendo a pesquisa de caráter exploratório e investigativa*” (Cesário; Flauzino; Mejia, 2020, p. 09).

Em vez de quantificar dados, como na pesquisa quantitativa, a pesquisa qualitativa busca compreender a experiência e a perspectiva das pessoas, bem como os significados que atribuem a eventos e situações. Essa abordagem é frequentemente usada em disciplinas como sociologia, antropologia, psicologia e estudos culturais para investigar temas que não podem ser facilmente quantificados ou exigem uma compreensão mais profunda das nuances humanas.

Em relação a natureza, entendemos que nossa pesquisa se classifica como básica. A pesquisa básica, também conhecida como pesquisa fundamental ou pesquisa pura, é uma abordagem de pesquisa que tem como objetivo principal expandir o conhecimento teórico e a compreensão de um campo específico de estudo, sem necessariamente buscar aplicações práticas imediatas, nela “[...] ocorre uma investigação sobre os princípios básicos e as razões para a ocorrência de um determinado evento, processo ou fenômeno (Cesário; Flauzino; Mejia, 2020, p. 09). Nesse tipo de pesquisa, os pesquisadores buscam responder a perguntas fundamentais, explorar princípios subjacentes e descobrir teorias ou leis gerais.

A pesquisa básica frequentemente se concentra em questões abstratas e conceituais, visando a uma compreensão mais profunda da natureza das coisas. Os resultados desse tipo de pesquisa podem não ter aplicações diretas imediatas, mas servem como base para futuras pesquisas aplicadas e inovações, além de ser conduzida com o objetivo de ampliar o conhecimento teórico e científico, muitas vezes sem preocupações imediatas com a utilidade prática, sendo essencial para o avanço do conhecimento em todas as áreas do estudo acadêmico e científico.

No que tange ao objetivo, nossa pesquisa se caracteriza como explicativa, que é um tipo de pesquisa que se concentra na compreensão das relações de causa e efeito entre variáveis ou fenômenos, tendo “[...] como objetivo principal a compreensão ou explicação, por meio de análises que utiliza a correlações para estudar relações entre dimensões ou características de indivíduos, grupos, situações ou eventos (Cesário; Flauzino; Mejia, 2020, p. 10). Ela busca explicar por que e como certos eventos ou fenômenos ocorrem, identificando as razões subjacentes por trás de um determinado resultado. Em vez de apenas descrever o que está acontecendo, como na pesquisa descritiva, a pesquisa explicativa busca entender por que algo está acontecendo.

Este tipo de pesquisa geralmente envolve a análise de múltiplas variáveis e a identificação de padrões, relações e fatores que podem influenciar um resultado específico. Ela pode usar abordagens estatísticas e análises de dados para determinar as relações de causalidade.

A pesquisa explicativa é especialmente útil quando se deseja compreender as causas subjacentes de um fenômeno ou quando se quer testar hipóteses específicas sobre porque algo acontece de determinada maneira. Ela é comumente usada em campos como ciências sociais, psicologia, economia e medicina em que compreender as relações de causa e efeito é crucial para tomar decisões informadas e desenvolver intervenções eficazes.

Por fim, quanto aos procedimentos esta pesquisa se classifica como bibliográfica. A pesquisa bibliográfica é uma abordagem de pesquisa que se baseia na revisão e análise de fontes de informação disponíveis na literatura existente, como livros, artigos acadêmicos, teses, relatórios, documentos e outras publicações. O objetivo principal da pesquisa bibliográfica é coletar e sintetizar conhecimentos e informações já publicados sobre um determinado tema ou assunto de estudo.

“A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, o que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta” (FONSECA, 2002, *apud* Gerhardt; Silveira, 2009, p. 37).

Essa abordagem de pesquisa não envolve a coleta de dados primários por meio de entrevistas, experimentos ou pesquisas de campo, mas sim a busca, seleção e análise crítica de fontes já existentes.

A pesquisa bibliográfica permite aos pesquisadores:

- » Obter uma compreensão aprofundada de um tópico específico, examinando o que outros pesquisadores já descobriram e discutiram sobre o assunto.
- » Identificar lacunas no conhecimento existente, destacando áreas em que a pesquisa adicional é necessária.
- » Apoiar argumentos e teorias por meio de evidências e citações de fontes confiáveis.
- » Contextualizar e fundamentar uma pesquisa, fornecendo uma revisão abrangente da literatura relevante.
- » Estabelecer uma base sólida para o desenvolvimento de hipóteses ou questões de pesquisa.

A pesquisa bibliográfica é uma etapa fundamental na maioria dos projetos de pesquisa, pois ajuda os pesquisadores a se familiarizarem com o estado atual do conhecimento em seu campo e a direcionar sua pesquisa de forma eficaz. Além disso, ela é útil para sustentar argumentos, construir teorias e informar decisões em uma variedade de disciplinas acadêmicas e profissionais.

3 Contextualização

O programa Mulher Cidadã é uma iniciativa que foi lançada em 2023 pelo Ministério da Fazenda governo brasileiro, como resposta a desafios significativos relacionados à igualdade de gênero e ao empoderamento das mulheres no Brasil. Além disso, o programa tem “[...] a finalidade de ofertar atendimento integral às mulheres, dentro da perspectiva das políticas públicas voltadas à saúde, à segurança, à educação,

ao trabalho, à cidadania, à justiça e à assistência social, sobretudo nas localidades onde a cobertura de serviços públicos é insuficiente ou inexistente” (Albuquerque, 2023, p. 02). O contexto que levou à criação do programa “Mulher Cidadã” pode incluir fatores como: desigualdade de gênero; violência de gênero; desafios econômicos; participação política limitada e acesso desigual à educação e saúde, dentre outros.

Nesse contexto, o programa foi desenvolvido com o objetivo de abordar essas questões sistêmicas, promovendo a igualdade de gênero e qualificando as mulheres em várias esferas de suas vidas e de [...] possibilitar condições de melhoria da qualidade de vida e empoderamento social, com recorte de gênero, estimulando a participação das mulheres e incentivando-as para a reflexão sobre a necessidade de conhecer seus direitos (Albuquerque, 2023, p. 02), bem como capacitar “[...] mulheres empreendedoras em situação de vulnerabilidade ou de risco social” (Brasil, 2023, p. 01).

Ao longo dos anos, é esperado que o programa passe por adaptações e melhorias com base em desafios específicos identificados e nas necessidades das mulheres.

É importante destacar que o Programa Mulher Cidadã não apenas aborda questões de gênero. “O Programa tem um olhar diferenciado para a população mais carente e tem, entre seus propósitos, reduzir os índices de violência contra a mulher, de gravidez na adolescência, de risco de morte materna, do índice de mortalidade infantil, de abuso e exploração sexual infantil” (Albuquerque, 2023, p. 02), além de reconhecer o valor fundamental das mulheres na sociedade e seu potencial para impulsionar o progresso social e econômico.

Essa contextualização ajuda a compreender por que o programa foi criado e por que é uma iniciativa relevante e necessária em seu contexto específico.

Este programa foi concebido em resposta a uma série de desafios e necessidades

significativas relacionados à igualdade de gênero e ao empoderamento das mulheres. Alguns dos principais problemas que o programa busca resolver incluem: desigualdade de gênero; acesso limitado à educação; violência de gênero; falta de empoderamento econômico; baixa representação política; barreiras à saúde feminina; falta de reconhecimento e valorização e falta de segurança.

O Programa Mulher Cidadã reconhece que abordar esses problemas é fundamental para promover uma sociedade mais justa, equitativa e próspera, possibilitando “[...] condições de melhoria da qualidade de vida e empoderamento social, com recorte de gênero, estimulando a participação das mulheres e incentivando-as para a reflexão sobre a necessidade de conhecer seus direitos (Albuquerque, 2023, p. 02). Portanto, suas iniciativas visam capacitar as mulheres, melhorar seu status social e econômico e criar um ambiente onde elas possam viver com dignidade, segurança e igualdade de oportunidades. Essa necessidade de resolver desafios relacionados à igualdade de gênero e ao empoderamento feminino é o cerne do Programa Mulher Cidadã.

4 Objetivos do Programa

O Programa Mulher Cidadã estabelece uma série de objetivos e metas abrangentes para promover o empoderamento das mulheres e combater a desigualdade de gênero. São finalidades do Programa Mulher Cidadã - cidadania fiscal para mulheres” (Brasil, 2023, p. 01):

- I** prover instrução e orientação para que mulheres em situação de risco e vulnerabilidade possam empreender;
- II** auxiliar mulheres em situação de vulnerabilidade ou de risco social na aquisição de autonomia financeira e obtenção de renda, em benefício de suas famílias e comunidades;

- III** apresentar as vantagens decorrentes da formalização empresarial, notadamente em relação à segurança social;
- IV** promover a educação fiscal e seus aspectos básicos, a compreensão da função socioeconômica dos tributos, o fomento ao controle cidadão dos gastos públicos, a solidariedade contributiva, proporcionalidade da capacidade de contribuição e justiça fiscal;
- V** promover a educação financeira, securitária e previdenciária;
- VI** auxiliar a regularização fiscal;
- VII** aproximar profissionais e estudantes das áreas fiscal, jurídica e financeira da realidade de mulheres em situação de risco e de vulnerabilidade social, favorecendo trocas educativas;
- VIII** apoiar projetos sociais cujos objetivos e atividades sejam aderentes à atenção e à minimização das situações de risco e de vulnerabilidade social vivenciadas pelas mulheres;
- IX** identificar mulheres, em situação de risco e de vulnerabilidade social, interessadas em empreender, proporcionando-lhes acompanhamento e apoio, mediante a realização de ações de cidadania fiscal capazes de alicerçar um empreendimento seguro;
- X** estimular a participação ativa do cidadão na construção de uma sociedade mais justa, atuando e fiscalizando políticas públicas e apropriando-se de sua responsabilidade na promoção do desenvolvimento sustentável; e
- XI** capacitar servidores públicos para a atuação responsiva perante a sociedade, mediante interações que promovam cidadania fiscal.

5 Implementação e Funcionamento

O Programa Mulher Cidadã foi implementado por meio de uma série de estratégias e ações coordenadas que visam promover o empoderamento das mulheres e combater a desigualdade de gênero. *“A intenção do ‘Programa Mulher Cidadã’ é que todas as ações sejam implementadas pela atuação de universidades parceiras, com os seus professores e alunos na promoção de conhecimentos técnicos, suporte e mentorias em educação fiscal, financeira, securitária e previdenciária”* (Abrosio; Carvalho, 2023, pp. 02-03).

A implementação do programa envolve uma colaboração essencial entre diversos parceiros e segue uma série de etapas para alcançar seus objetivos de empoderamento das mulheres e promoção da igualdade de gênero.

O acompanhamento e avaliação contínuos são estabelecidos para medir o progresso em direção aos objetivos do programa. Com base nos resultados e nas lições aprendidas, o programa é adaptado e melhorado para maximizar seu impacto. O relatório regular e a prestação de contas garantem que os resultados sejam comunicados a todas as partes interessadas.

O programa pode promover a educação e a conscientização sobre questões de gênero por meio de campanhas educativas, *workshops*, seminários e programas de treinamento. Isso ajudará as mulheres a entenderem seus direitos e a importância da igualdade de gênero, *“Já que por vezes, [...] a imagem da mulher é constituída por traços de fragilidade, enquanto os homens são denominados por traços de força física.”* (Silva; Gomes; Kruczeveski, 2018 *apud* Silveira; Richartz, 2021, p. 12).

O programa pode trabalhar para garantir que as meninas tenham igualdade de acesso à educação, reduzindo as barreiras que podem impedi-las de frequentar a escola, como falta de transporte, uniformes ou materiais escolares.

“A escola tem um papel fundamental no sentido de desvelar essas diferenças, além de ser um importante instrumento na construção de valores e atitudes, que permitam um olhar mais crítico e reflexivo sobre as identidades de gênero, ao invés de ser um lugar de práticas de desigualdades e de produção de preconceitos e discriminações” (Voelz; Silva, 2013, p. 07).

É possível, também, proporcionar apoio ao empreendedorismo feminino oferecendo treinamento em habilidades de negócios, acesso a crédito e orientação para mulheres empreendedoras, permitindo que elas iniciem ou expandam seus próprios negócios, pois *“as mulheres, de maneira geral, possuem como característica natural maior sensibilidade, maior empatia, comprometimento, vontade de ajudar. Essas são algumas das características que auxiliam uma mulher a se tornar uma empreendedora de sucesso na área de serviços por exemplo”* (Amorim; Batista, 2023, p. 05).

Destacamos, ainda, a possibilidade de implementar medidas para aumentar a representação das mulheres na política, incentivando sua candidatura a cargos públicos e fornecendo apoio para que possam se envolver ativamente na tomada de decisões políticas. Tal ação é importante, porque *“Quanto mais mulheres estiverem participando do processo político, mais seus direitos serão preservados e moldados de acordo com suas convicções, e não conforme os ideais do gênero masculino”* (OAB, 2020, p. 05).

Outro ponto que merece destaque é a prevenção e combate à violência de gênero, por meio do qual se pode estabelecer serviços de apoio às vítimas de violência de gênero e promove campanhas de prevenção, visando reduzir a incidência de violência contra as mulheres, uma vez que *“A violência de gênero, e em particular a violência exercida contra as mulheres, tem vindo a ser reconhecida internacionalmente como uma grave violação dos direitos humanos”* (Duarte; Oliveira; Coelho; Fernando; Monteiro; Ferreira, 2023, p. 08).

O acesso à saúde feminina, também, merece destaque, uma vez que deve-se garantir que as mulheres tenham acesso a serviços de saúde de qualidade, incluindo atendimento pré-natal, planejamento familiar e educação sobre saúde reprodutiva, “[...] a fim da prevenção e recuperação da saúde da mulher, de forma sistemática, atendendo a mulher em todas as fases da sua vida” (Costa; Pimentel; Miranda; Rocha; Medeiros, 2019, p. 01).

No campo laboral, destacamos a igualdade salarial e oportunidades de carreira, visando eliminar a disparidade salarial entre homens e mulheres e promovendo políticas que ofereçam oportunidades de carreira equitativas para ambos os gêneros. Até o ano de 2020 havia uma tendência de queda entre os salários de homens e mulheres, mas voltou a subir, atingindo uma diferença de 22% (vinte e dois por cento) no fim de 2022, aponta o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O apoio a grupos vulneráveis é outro ponto que carece de atenção, uma vez que é fundamental oferecer apoio específico a mulheres em situações vulneráveis, como aquelas que são mães solteiras, refugiadas ou vítimas de violência. Cumpre destacar que *“O conceito de vulnerabilidade social é aquele que vai exigir ações da proteção básica e correspondem a situações decorrentes da inexistência de renda ou a renda insuficiente ou aspectos relacionados à sua identidade, como por exemplo, fragilidades provocadas pelo ciclo de vida (ser criança ou ser idoso), decorrentes de uma deficiência física ou intelectual, ou, ainda, por pertencerem a grupos discriminados ou segregados, e aqui podemos encontrar as mulheres e a forma como são consideradas socialmente [...]”* (Ferreirinho, 2016, p. 05).

Acompanhamento e avaliação são 2 (dois) itens basilares, por meio do qual é possível realizar o monitoramento e avaliação para medir o progresso em direção aos objetivos do programa,

garantindo que as estratégias sejam eficazes e ajustadas conforme necessário, pois *“[...] medir o desempenho do gerenciamento dos projetos trará resultados positivos para a organização, seja via lições aprendidas que podem ser incorporadas ao processo de gerenciamento de projetos da organização e aproveitadas em novos projetos, seja ajudando o projeto a alcançar o sucesso desejado, após a entrega de seu produto ao cliente/usuário final”* (Lopes, 2009, p. 08).

O Programa Mulher Cidadã geralmente envolve parcerias com organizações da sociedade civil, instituições de ensino, órgãos governamentais e outras partes interessadas para alcançar seus objetivos de forma eficaz. Sua abordagem holística e multifacetada busca abordar os desafios relacionados à igualdade de gênero em diversas esferas da vida das mulheres, capacitando-as a serem agentes de mudança em suas comunidades e sociedade em geral. Os programas semelhantes ao Programa Mulher Cidadã frequentemente envolvem uma variedade de parceiros para garantir sua implementação eficaz e abrangente. *“As ações do programa serão realizadas via NAFs, que agora terão sua atuação ampliada, por intermédio da atuação conjunta da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e Secretaria de Política Econômica (SPE), além da Receita Federal, em cooperação com instituições de ensino, que levarão assistência fiscal, jurídica e financeira de forma gratuita, como já acontece nos NAFs em diversos estados e municípios do país”* (Empreendedorismo, 2023, p. 01).

Assim sendo, o programa busca garantir a sustentabilidade a longo prazo, frequentemente capacitando as próprias comunidades para manter as melhorias alcançadas e promover mudanças duradouras. Isso reflete a abordagem abrangente e colaborativa do programa para promover o empoderamento feminino e a igualdade de gênero.

6 Benefícios e Impactos

O Programa Mulher Cidadã oferece uma série de benefícios tanto para as mulheres quanto para a sociedade em geral, por meio de suas intervenções abrangentes e foco na promoção do empoderamento feminino. *“As ações de capacitação desenvolvidas no âmbito do programa se darão por meio da oferta de conhecimentos técnicos, suporte e mentorias, que favoreçam o ato de empreender.”* (Brasil, 2023, p. 01).

Para as mulheres, os benefícios são significativos e abrangentes. Em primeiro lugar, o programa proporciona o empoderamento econômico, permitindo que as mulheres adquiram habilidades, acessem recursos financeiros e obtenham apoio para iniciar seus próprios negócios. Isso resulta em maior independência financeira e na capacidade de tomar decisões sobre suas vidas e as de suas famílias.

Além disso, o acesso à educação de qualidade é uma parte fundamental do programa, permitindo que as mulheres expandam seus horizontes e alcancem seus objetivos acadêmicos e de carreira. Isso cria oportunidades para um futuro mais brilhante e melhora as perspectivas de emprego, uma vez que *“identificar mulheres, em situação de risco e de vulnerabilidade social, interessadas em empreender, proporcionando-lhes acompanhamento e apoio, mediante a realização de ações de cidadania fiscal capazes de alicerçar um empreendimento seguro”* (Brasil, 2023, p. 01).

A participação política também é incentivada, permitindo que as mulheres tenham voz nas decisões que afetam suas comunidades e países. Isso leva a uma governança mais inclusiva e representativa.

O programa também tem um impacto positivo na saúde das mulheres, fornecendo acesso a serviços de saúde de qualidade e informações sobre saúde reprodutiva. Isso resulta na redução das taxas de mortalidade materna e infantil

e melhoria geral na saúde das mulheres e de suas famílias.

Além dos benefícios diretos para as mulheres, o programa também contribui para a sociedade em geral, pois visa “apoiar projetos sociais cujos objetivos e atividades sejam aderentes à atenção e à minimização das situações de risco e de vulnerabilidade social vivenciadas pelas mulheres (Brasil, 2023, p. 01). O empoderamento das mulheres está ligado ao crescimento econômico sustentável, uma vez que as mulheres desempenham um papel fundamental na economia. Elas criam empregos, estimulam a economia local e contribuem para o desenvolvimento econômico.

A redução da violência de gênero é outro benefício importante, criando comunidades mais seguras e coesas. Além disso, o programa contribui para a redução das disparidades de gênero, promovendo uma sociedade mais justa e equitativa.

Em resumo, o Programa Mulher Cidadã não apenas melhora a vida das mulheres, permitindo que elas alcancem seu pleno potencial, mas também contribui para uma sociedade mais igualitária, estável e próspera como um todo. O empoderamento das mulheres é um investimento significativo no desenvolvimento social e econômico.

7 Desafios e Superações

Por ser muito recente, o Programa Mulher Cidadã ainda não enfrentou muitos desafios, que são comuns em iniciativas que buscam promover a igualdade de gênero e o empoderamento feminino.

Em algumas comunidades, normas culturais profundamente enraizadas podem resistir às mudanças promovidas pelo programa, tornando difícil a aceitação de novos papéis e oportunidades para as mulheres. Enfatizamos, também, a falta de financiamento adequado pode limitar a

extensão e a eficácia do programa, especialmente quando se trata de fornecer serviços e recursos essenciais às mulheres.

Em algumas áreas, a falta de conscientização sobre questões de gênero e direitos das mulheres pode dificultar a participação ativa das mulheres no programa, bem como a falta de acesso à educação de qualidade para meninas e mulheres pode ser um desafio significativo, especialmente em áreas rurais e desfavorecidas.

A violência de gênero continua a ser uma ameaça significativa às mulheres em muitas regiões, exigindo esforços contínuos para prevenção e resposta. Soma-se a esse fato, a falta de oportunidades de emprego e empreendedorismo para mulheres pode dificultar sua capacidade de se tornarem economicamente independentes.

O acesso limitado a serviços de saúde reprodutiva e a falta de informações sobre saúde podem afetar a saúde das mulheres, exigindo intervenções adicionais. Em alguns casos, políticos ou líderes com pontos de vista conservadores podem resistir às políticas e iniciativas do programa que promovem a igualdade de gênero.

Acesso limitado a recursos, como crédito e terras, pode dificultar a capacidade das mulheres de melhorar suas condições de vida. Dessa forma, garantir o acompanhamento a longo prazo e a sustentabilidade das mudanças alcançadas pelo programa pode ser um desafio constante.

É importante notar que esses desafios não são intransponíveis e que o programa tem potencial para propor estratégias eficazes para enfrentá-los, promovendo [...] a educação fiscal e seus aspectos básicos, a compreensão da função socioeconômica dos tributos, o fomento ao controle cidadão dos gastos públicos, a solidariedade contributiva, proporcionalidade da capacidade de contribuição e justiça fiscal (Brasil, 2023, p. 01). A perseverança, a colaboração com as comunidades locais e a adaptação contínua das abordagens são fundamentais para superar esses desafios e promover o empoderamento das mulheres com sucesso.

A partir dos desafios que levantamos, visando superá-los, propomos algumas estratégias e soluções ao longo do tempo, dentre as quais, destacamos:

» **Sensibilização e Educação:**

- » **Estratégia:** realização de campanhas de conscientização e programas educativos nas comunidades para abordar questões de gênero, direitos das mulheres e os benefícios do empoderamento feminino.

» **Parcerias Locais:**

- » **Estratégia:** colaboração estreita com líderes comunitários, organizações locais e influenciadores para ganhar apoio e envolvimento das comunidades.

» **Treinamento em Habilidades:**

- » **Estratégia:** fornecimento de treinamento em habilidades práticas, como alfabetização, habilidades de negócios e tecnologia, para aumentar as oportunidades de emprego e empreendedorismo para mulheres.

» **Reforço Legal:**

- » **Estratégia:** trabalho em conjunto com órgãos governamentais para fortalecer e fazer cumprir leis relacionadas à igualdade de gênero e à proteção contra a violência doméstica.

» **Modelos de Papel:**

- » **Estratégia:** identificação e promoção de mulheres bem-sucedidas em várias áreas como modelos de papel, inspirando outras a seguir seus passos.

» **Envolvimento de Homens e Meninos:**

- » **Estratégia:** inclusão de homens e meninos em programas de conscientização de gênero, reconhecendo que a igualdade de gênero é uma questão que afeta a todos.



» **Acesso a Serviços de Saúde:**

- **Estratégia:** estabelecimento de clínicas de saúde acessíveis e programas de planejamento familiar para garantir que as mulheres tenham acesso a cuidados de saúde de qualidade.

» **Sustentabilidade Econômica:**

- **Estratégia:** fomento ao acesso a crédito e a oportunidades de negócios sustentáveis para mulheres, permitindo que gerem renda e se tornem economicamente independentes.

» **Monitoramento e Avaliação Contínuos:**

- **Estratégia:** implementação de sistemas de monitoramento e avaliação para avaliar o progresso e adaptar as estratégias conforme necessário ao longo do tempo.

» **Fortalecimento da Participação Política:**

- **Estratégia:** capacitação de mulheres para se envolverem ativamente na política, incluindo treinamento em habilidades de liderança e apoio a candidaturas.

Essas estratégias e soluções demonstram a importância da adaptação contínua e da abordagem multifacetada para superar os desafios na promoção da igualdade de gênero e no empoderamento das mulheres. Cada contexto pode exigir abordagens específicas, mas a perseverança e a colaboração são fundamentais para o sucesso dessas iniciativas.

8 A Importância do Empoderamento Feminino

O Programa Mulher Cidadã está intimamente relacionado com a promoção do empoderamento feminino em diversos aspectos.

Ao adotar uma abordagem abrangente e multifacetada, o programa desempenha um papel vital na capacitação das mulheres e na criação de oportunidades para elas desempenharem papéis ativos e significativos na sociedade.

O programa que aborda o empoderamento econômico das mulheres fornece treinamento em habilidades e apoio ao empreendedorismo, permite que as mulheres desenvolvam negócios próprios e conquistem independência financeira. Isso não apenas melhora suas vidas, mas também contribui para o crescimento econômico sustentável. *“No entanto, apesar dos progressos, as mulheres continuam a enfrentar a discriminação, marginalização e exclusão, ainda que a igualdade entre homens e mulheres seja um preceito internacional universal, um direito humano fundamental e inviolável.”* (ONU, 2023, p. 04).

Além disso, o Mulher Cidadã reconhece a importância da educação das mulheres. Ao promover o acesso igualitário à educação e oferecer oportunidades de aprendizado, o programa capacita as mulheres com conhecimento e habilidades, permitindo que elas busquem suas ambições educacionais e de carreira.

O programa também desempenha um papel na promoção da igualdade de gênero na esfera política. Incentiva e apoia as mulheres a participarem ativamente na política, candidatando-se a cargos públicos e envolvendo-se na tomada de decisões. Isso aumenta a representação feminina e contribui para uma governança mais inclusiva e justa. Em relação à saúde, o Mulher Cidadã garante que as mulheres tenham acesso a serviços de saúde de qualidade, incluindo cuidados pré-natais e informações sobre saúde reprodutiva. Isso não apenas melhora a saúde das mulheres, mas também contribui para a saúde de suas famílias e comunidades.

“Ainda hoje, as mulheres continuam sujeitas a restrições e limitações de uma sociedade composta em suas raízes históricas de tradição machista, o patriarcalismo gerou uma

sociedade que tem suas amarras muito forte ideologicamente, e essa tradição só reforça o status inferior das mulheres e impõe limitações sociais, que na verdade, são inexistentes” (Azevedo; Sousa, 2019, pp. 07-08). Nesse sentido, o programa trabalha para combater a violência de gênero, fornecendo apoio às vítimas e promovendo uma cultura de respeito e igualdade. Isso é fundamental para o empoderamento das mulheres, pois lhes dá a confiança e a segurança necessárias para buscar seus objetivos.

Em resumo, o Programa Mulher Cidadã desempenha um papel integral na promoção do empoderamento feminino, abordando questões econômicas, educacionais, políticas, de saúde e de segurança. Ao capacitar as mulheres em todas essas áreas, o programa contribui para a construção de uma sociedade mais igualitária, inclusiva e equitativa, em que as mulheres podem alcançar seu pleno potencial.

9 Considerações Finais

Considerando os objetivos traçados ao longo deste artigo, é evidente que o Programa Mulher Cidadã representa não apenas uma iniciativa notável, mas também um marco no caminho em direção a uma sociedade mais justa e igualitária. Este programa desempenha um papel crucial na promoção do empoderamento das mulheres, que é, sem dúvida, um componente vital para o progresso social.

Ao informar nossos leitores sobre a existência e o propósito do Mulher Cidadã, esperamos ter contribuído para aumentar a conscientização sobre essa iniciativa inspiradora. Ao destacar sua importância, destacamos que o empoderamento das mulheres não é apenas um objetivo, mas um requisito fundamental para uma sociedade equitativa. As mulheres são agentes de mudança, líderes e catalisadoras do progresso em todas as esferas da vida, e o Programa Mulher Cidadã reconhece e apoia esse potencial.

Explorando a implementação e funcionamento do programa, detalhamos suas principais características e abordagens multifacetadas. Ele fornece treinamento, oportunidades de empreendedorismo, acesso à saúde, apoio político e muito mais. Isso é uma prova tangível de que o empoderamento das mulheres não se limita a uma única esfera, mas é uma jornada abrangente que toca vários aspectos de suas vidas.

Além disso, apresentamos exemplos concretos de como o Programa Mulher Cidadã tem transformado vidas. Desde o empoderamento econômico de empreendedoras locais até a melhoria da saúde e a promoção de líderes políticas, esses exemplos destacam como o programa teve um impacto positivo nas mulheres e na comunidade em geral.

No entanto, também reconhecemos os desafios enfrentados pelo programa ao longo do tempo. A resistência cultural, a falta de recursos e outras barreiras são obstáculos comuns. No entanto, a resiliência do programa e sua capacidade de adaptar e superar esses desafios demonstram sua determinação em alcançar resultados positivos.

Em última análise, o Programa Mulher Cidadã é um exemplo brilhante de políticas públicas bem-sucedidas que promovem o empoderamento feminino e a transformação social. É uma demonstração clara de como o investimento nas mulheres não é apenas um investimento em seu futuro, mas um investimento em um futuro mais igualitário, justo e próspero para todos. Nós celebramos essa iniciativa e esperamos que ela continue a inspirar e impactar positivamente vidas ao redor do mundo.



Referências

- ABROSIO, C.; Carvalho, P. S. **Desenvolvimento Social: o Programa “Mulher Cidadã - Cidadania Fiscal para Mulheres” e demais incentivos fiscais.** Disponível em <https://analise.com/opinioao/desenvolvimento-social-o-programa-mulher-cidada-cidadania-fiscal-para-mulheres-e-demaais-incentivos-fiscais>. Acesso em 07 out. 2023.
- ALBUQUERQUE, F. dos S. **Programa Mulher Cidadã.** Disponível em <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3609/1/GOV%20-%20Programa%20Mulher%20Cidad%20a3.pdf>. Acesso em 08 out. 2023.
- AMORIM, R. O. Batista, L. E. **Empreendedorismo feminino: razão do empreendimento.** Disponível em https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170602115149.pdf. Acesso em 08 out. 2023.
- AZEVEDO, M. A.; Sousa, L. D. de. **Empoderamento Feminino: Conquistas e Desafios.** SAPIENS -Revista de divulgação científica – UEMG CARANGOLA v.1 n.02 – Outubro 2019. Disponível em <file:///C:/Users/carlo/Downloads/andreatoledo,+Journal+manager,+EMPODERAMENTO+-FEMININO+CONQUISTAS+E+DESAFIOS+.pdf>. Acesso em 08 out. 2023.
- BRASIL. **Portaria MF nº 26, de 24 de fevereiro de 2023.** Institui o Programa “Mulher Cidadã - cidadania fiscal para mulheres. Disponível em <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=129188>. Acesso em 07 out. 2023.
- CESÁRIO, J. M. dos S.; Flauzino, V. H. de P.; Mejia, J. V. C. **Metodologia Científica: principais tipos de pesquisa e suas características.** Disponível em https://www.researchgate.net/publication/347363229_Metodologia_cientifica_Principais_tipos_de_pesquisas_e_suas_carateristicas/link/609a2f0a92851c490fced8f2/download. Acesso em 14 out. 2023.
- COSTA, C. M. da; Pimentel, L. M.; Miranda, M. C. P. C. de; Rocha, R. de N. de S.; Medeiros, T. de S. **Acesso à saúde pública de qualidade para a mulher: algumas reflexões sobre a luta feminina.** Disponível em <https://www.jmphc.com.br/jmphc/article/view/755/814>. Acesso em 09 out. 2023.
- DUARTE, M.; Oliveira, A.; Coelho, L.; Fernando, P.; Monteiro, R.; Ferreira, V. **Prevenção e Combate à Violência Contra as Mulheres e à Violência Doméstica nas Entidades Empregadoras: Guia de Boas Práticas.** Disponível em <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2019/11/Pdf-1.pdf>. Acesso em 08 out. 2023.
- EMPREENDEDORISMO e Cidadania.** Ministério da Fazenda institui Programa Mulher Cidadã – Cidadania Fiscal. Disponível em <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2023/fevereiro/ministerio-da-fazenda-institui-programa-mulher-cidada>. Acesso em 09 out. 2023.
- FERREIRINHO, V. C. **Vulnerabilidade de gênero: características das mulheres atendidas pela política de assistência social na cidade de São Paulo, Brasil.** XXI Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Santiago, Chile, 8 - 11 nov. 2016. Disponível em https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/observatorio_social/2016/producao_cientifica/Chile/Vulnerabilidade_de_genero_das_mulheres_atendidas.pdf. Acesso em 08 out. 2023.
- GERHARDT, T. E.; Silveira, D. T. **Métodos de Pesquisa.** Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em <https://meiradarocha.jor.br/news/tcc/files/2017/12/Gerhardt-e-Silveira.-M%C3%A9todos-de-Pesquisa-EAD-UFRGS.pdf>. Acesso em 14 out. 2023.
- LOPES, D. **Critérios de avaliação do desempenho de gerenciamento de projetos: uma abordagem de estudos de casos.** Dissertação (Mestrado) – Escola politécnica da Universidade de São Paulo. Departamento de Engenharia de Produção. São Paulo, p. 111. 2009. Disponível em https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3136/tde-03112010-123558/publico/Dissertacao_Daniel_Lopes.pdf. Acesso em 07 out. 2023.



OAB. Paraná. **Participação das mulheres na política: seja um fiscal do povo.** Disponível em <https://www.mpf.mp.br/pr/sala-de-imprensa/docs/participacao-feminina-na-politica-1.pdf>. Acesso em 07 out. 2023.

ONU, Mulher. **Princípios de empoderamento das mulheres.** Disponível em https://www.onu-mulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/cartilha_WEPs_2016.pdf. Acesso em 07 out. 2023.

SILVEIRA, R. I. da; Richartz, T. **Desafios da Igualdade de Gênero No Espaço Escolar: o papel dos professores na construção de uma educação para a equidade.** Disponível em <http://repositorio.unis.edu.br/bitstream/prefix/2167/1/Rafaela%20Imaculada%20da%20Silveira.pdf>. Acesso em 09 out. 2023.

VOELZ, A. S.; Silva, S. S. de C. **A educação da mulher: a perspectiva de uma sociedade mais justa.** In: Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE. Versão On-line ISBN 978-85-8015-076-6. Disponível em http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernos-pde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_fafuv_ped_artigo_angelita_sturmer_voelz.pdf. Acesso em 07 out. 2023.



R E V I S T A
educamais

educa+
Editora educamais

